

**ATA N.º 1/2018:**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2018:**

No dia dez de janeiro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas e nove minutos, no auditório da biblioteca municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

O **Sr. Presidente** saúda os presentes e reforça os votos de feliz Ano Novo para todos/as no plano pessoal, profissional e que canalizem as energias para trabalhar em prol do concelho de Palmela e tornar mais felizes as pessoas que residem, vivem e trabalham no concelho de Palmela.

**Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:**

**PONTO 1** – Empreitada de “Remodelação e Ampliação da Escola Básica de Águas de Moura 1”  
– Contrato adicional

**PONTO 2** – Gestão das despesas com pessoal em função do mapa e do orçamento para o ano de 2018

**PONTO 3** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela – Constituição de fundo de maneio de 2018

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Sr. Presidente** informa que tratando-se de uma reunião ordinária, no Período Antes da Ordem do Dia, dá nota de alguns atos prévios:

- A relação dos despachos emitidos no âmbito da subdelegação de competências do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, assim como da Divisão de Administração Urbanística.

- Distribuição de documentação atinente ao balancete à data do dia anterior e pagamentos autorizados no período desde a última reunião de câmara realizada até à presente e apresentação da declaração sobre os contratos de aquisição de serviços celebrados entre 20 e 31 de dezembro, em cumprimento da legislação aplicável, mas, neste período não consta qualquer contrato celebrado.

**O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:**

- **Moção (Liberdade para Ahed Tamini e todos os menores palestinos presos) –** a ser apresentada pelo Sr. Presidente.

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.**

O **Sr. Presidente** passa à apresentação da Moção que se transcreve:

**MOÇÃO (Liberdade para Ahed Tamimi e todos os menores palestinos presos)**

“Ahed Tamimi, de 16 anos, conhecida ativista palestina contra a ocupação, foi detida na madrugada do dia 19 de dezembro por militares e polícias de fronteira de Israel que assaltaram a sua casa, na aldeia de Nabi Saleh, na Margem Ocidental ocupada.

O pretexto da sua detenção é um vídeo em que se vê Ahed, com a sua prima Nur, enfrentando com pontapés e bofetadas soldados israelitas armados, que levou o ministro da Educação de Israel, Naftali Bennett, a defender que as jovens «deveriam acabar os seus dias na prisão».

O vídeo foi divulgado em Israel numa versão editada. Na versão integral, vê-se que Ahed começou por empurrar os soldados e, só depois de esbofetada por um deles, respondeu com bofetadas e pontapés.

No mesmo dia, a mãe de Ahed, Nariman, foi presa quando ia visitar a filha à esquadra. Também a prima Nur acabou por ser detida no dia seguinte.

As suas detenções têm sido sucessivamente prorrogadas por um tribunal militar, permanecendo as três encarceradas.

O ato das jovens da família Tamimi não foi gratuito. Pouco antes da cena registada no vídeo, no dia 15 de dezembro, um familiar, Mohammed Tamimi, de 15 anos, tinha sido atingido na cabeça por uma bala de borracha, disparada por um soldado israelita, tendo sido levado para o hospital em perigo de vida.

As duas jovens procuravam impedir que os soldados invadissem o pátio da sua casa para atacar outros jovens da aldeia que protestavam contra a recente decisão do presidente dos Estados Unidos de reconhecer Jerusalém como capital de Israel.

Ahed Tamimi é uma jovem cuja vida está profundamente ligada à resistência contra a colonização israelita.

Da sua aldeia, Nabi Saleh, foram roubados dezenas de hectares de terras e uma nascente de água em proveito do vizinho colonato israelita de Halamish. Desde então, os protestos pacíficos dos habitantes da aldeia são reprimidos e já se registaram três mortos e centenas de feridos, mais de metade da população daquela.

Ahed Tamimi acompanha, desde os 9 anos, esses protestos, em que o seu pai, Bassem, desempenhou um papel destacado. Aos 13 anos, Ahed tornou-se conhecida por uma série de fotos em que, juntamente com a mãe e tia, tentava desesperadamente salvar o seu irmão ferido, Mohammad, então com 11 anos, de ser preso pelas forças israelitas.

A vida de Ahed Tamimi é também um testemunho vivo da violência da repressão israelita. Aos 12 anos, um primo de sua mãe, Mustafa Tamimi, foi morto diante dos seus olhos por um disparo de uma granada de gás. Um ano depois, viu o seu tio Rashadi ser morto a tiro pelo exército israelita. E a 15 de Dezembro viu Mohammed, quase da sua idade, atingido na cara por uma bala revestida de borracha que lhe penetrou no crânio.

O seu pai, Bassem, foi preso pelas autoridades israelitas mais de uma dezena de vezes, tendo passado mais de três anos em detenção administrativa, sem julgamento nem culpa formada; foi reconhecido pela União Europeia como “defensor dos direitos humanos” e designado prisioneiro de consciência pela Amnistia Internacional. A mãe, Nariman, enfrenta a sua sexta detenção. A sua casa já foi assaltada pelas forças israelitas mais de uma centena e meia de vezes.

Além de ver sucessivamente prolongada a sua detenção, Ahed tem sido transferida entre várias prisões de Israel, em violação do direito internacional, que proíbe a transferência de palestinos do território ocupado para o território israelita.

Mas Ahed Tamimi junta-se aos mais de 300 menores palestinos atualmente presos em prisões de Israel. Segundo o Addameer, grupo de defesa dos presos palestinos, mais de 12 mil menores palestinos foram detidos, desde 2000, e cerca de 700 menores palestinos da Margem Ocidental ocupada são processados todos os anos por tribunais militares e detidos e interrogados pelo exército israelita.

A maioria dos menores são submetidos a maus tratos durante os interrogatórios para lhes extrair confissões forçadas, sendo muitas vezes obrigados a assinar documentos escritos em hebraico, cuja língua não compreendem. Alguns dos jovens palestinos presos, durante os protestos das últimas semanas e libertados recentemente, como Fawzi al-Juneidi, de 16 anos –

cuja fotografia, vendado e rodeado por mais de vinte soldados, correu mundo – apresentam sinais evidentes de tortura e maus tratos.

A organização Defence for Children International - Palestine denunciou que, só em 2017, onze menores estiveram sujeitos a prisão solitária e que em 520 casos de crianças palestinas detidas, entre 2012 e 2016, 72% enfrentaram violência física e 66% foram vítimas de insultos e humilhações.

Bem conhecida pela sua coragem na resistência à ocupação, Ahed Tamimi é desde há muito alvo de insultos e ameaças e, por isso, corre na prisão riscos contra a sua integridade física e psicológica. Na sequência da sua prisão, um destacado jornalista de Israel, Ben Caspit, chegou mesmo a defender que as raparigas palestinas presas deveriam ser sujeitas a alguma forma de punição violenta, «no escuro, sem testemunhas nem câmaras».

Reunida em sessão pública, a 10 de janeiro de 2018, a Câmara Municipal de Palmela delibera:

- Condenar a repressão e violência de Israel, em particular sobre os jovens e as crianças dos territórios ocupados da Palestina;
- Manifestar a sua solidariedade com Ahed Tamimi e todos jovens e crianças presos por Israel e exigir a sua libertação imediata;”
- Dar conhecimento da presente Moção às seguintes entidades:
  - . Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas
  - . Presidente da República
  - . Primeiro-ministro
  - . Ministro dos Negócios Estrangeiros
  - . Grupos Parlamentares da Assembleia da República
  - . Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Palestina
  - . Presidente da Assembleia Municipal de Palmela
  - . Presidentes das Juntas e União de Freguesias do Concelho
  - . Embaixada de Israel
  - . Missão Diplomática da Palestina
  - . Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente
  - . Comunicação Social.”

**Sobre a Moção (Liberdade para Ahed Tamimi e todos os menores palestinos presos) intervêm:**

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** apresenta cumprimentos, ao Sr. Presidente, aos Srs./as. Vereadores/as, público em geral, técnicos da Câmara da autarquia, Srs./as. jornalistas, quem está a ouvir em casa em direto ou diferido. A todos, deseja um bom ano de 2018.

Refere que dentro daquilo que são as obrigações cívicas e políticas, deseja que todos possam ajudar a construir um concelho melhor.

Na perspetiva da Moção, informa que os eleitos/as do PS irão votar favoravelmente. Realça, no entanto duas ou três questões. Irão estar sempre ao lado dos que lutam pelo direito da liberdade de contestar, de afirmar as suas opiniões, liberdade essa, inerente ao mundo livre que defendem e estarão sempre ao lado dos que, independentemente, das razões que possam concordar mais ou menos, lutam pela liberdade de expressão, pela liberdade de exporem as suas ideias, de uma forma pacífica. Considera que estamos perante um conjunto de adolescentes e neste caso de uma adolescente, que de uma forma pacífica se revolta contra aquilo que acham não ser correto, ou pelo menos não ser admissível no mundo de hoje - a ocupação dos territórios da Palestina e, consideram que o povo da Palestina tem direito ao seu território, à sua cultura, à afirmação da sua identidade, dos seus valores, a afirmação daquilo que é, no fundo, uma pátria que também, lutámos por ela e defendemos. Estejamos também ao lado daqueles, com os palestinianos que estão a lutar pela sua pátria, pela sua cultura e pelos seus valores.

Nesta perspetiva, não concorda com o que o Governo Israelita está a fazer a estes jovens, ao povo palestiniano e não concorda, porque apesar de defenderem que o Estado de Israel tem direito à sua identidade, ao seu território, à sua pátria e aos seus valores, não esquecem o que o povo judeu sofreu durante a 2ª Guerra Mundial e também ao longo da história. Por esta razão é menos compreensível que um povo que sofreu o que sofreu, faça hoje muitas vezes o mesmo a povos tão indefesos como o Povo Palestino. Saúda a Moção, saúda a luta do povo, e sobretudo destes adolescentes. Teve a oportunidade de ver os vídeos "*e sinceramente as lágrimas caíram-lhe*", quando viu aquelas crianças, aqueles adolescentes tratados da forma como foram tratados por aqueles militares, cheios de equipamentos, cheios de força, mas com tão pouca coragem e com tão pouco para tratar de crianças. Precisam de alguma forma, de sentir que o mundo é diferente e que o mundo tem de ser diferente, por isso manifesta o voto favorável.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta o Sr. Presidente e restantes Vereadores/as, o público presente, trabalhadores/as da autarquia, quem assiste em casa e comunicação social. Aproveita, uma vez que se trata da primeira intervenção do ano, para desejar a todos um ótimo ano 2018 com saúde, paz e tudo o que mais anseiam para as suas vidas, certo que todos poderemos fazer melhor pelo concelho onde vivemos, pelo mundo onde vivemos e pelo país onde vivemos.

Relativamente à Moção, refere que é um assunto recorrente, que com alguma frequência vão chamando a atenção para alguns aspetos graves da contenda entre Israel e a Palestina. Desde sempre defendem e reconhecem o Estado Israelita, mas também o direito à autodeterminação e que há um Estado próprio, o dos palestinianos. Está de acordo com a Moção, pelo que votará favoravelmente.

Sendo certo que é muito grave quando numa perspetiva de luta pelo direito a que um povo tem, por um lado, muitas vezes se usam menores, se tratam menores, se tratam crianças da forma como esta, em particular, está a ser tratada e como muitas outras são tratadas, porque efetivamente, há muitos anos que reconhecem os direitos das crianças no mundo, no mundo civilizado e reconhecer o direito das crianças é também o de reconhecer a possibilidade de elas poderem dizer o que pensam, defender aquilo que pensam, defender aquilo que acreditam, mas também não os usar, muitas vezes e como infelizmente, em muitos casos vão sendo usadas, votará favoravelmente a moção, reconhecendo oportunidade da mesma.

O **Sr. Vereador José Calado** deseja um bom ano a todos os presentes, ao Sr. Presidente e Vereadores/as, jornalistas presentes, funcionários da Câmara e suas famílias e às pessoas que estão a ouvir em casa. Manifesta, também, o desejo que este executivo traga alegrias aos munícipes durante o ano 2018 e que o Município de Palmela responda, resolvendo os problemas que têm durante o ano e que seja possível corresponder, porque é por isso que existe.

Em relação à Moção, manifesta louvor por ter sido apresentada, porque está de acordo com a Moção. Não há forma de fazer parar a situação de repressão de Israel com os palestinianos e da forma como utilizam a repressão. Considera que o mundo está muito conturbado e a passarem-se acontecimentos desta natureza, que são realmente reprováveis por isso, e refere que irá votar favoravelmente.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta o Sr. Presidente, os/as Srs./as Vereadores/as e todos os presentes, desejando um ótimo ano 2018, com muita saúde e votos de que todos possam alcançar os seus anseios e objetivos.

Considera que sobre esta matéria, a reação desta jovem, a Ahed Tamimi, é uma reação normal de quem com 16 anos nasceu, naturalmente, numa terra em que o seu povo estava ou tem estado completamente desprotegido e muitas vezes ignorado a nível internacional.

Desde 1947 com a partilha da Palestina depois da 2.ª Guerra Mundial que houve uma partilha entre dois povos dois países e, aliás, dos povos que podiam ser irmãos pois têm as mesmas raízes. Desde 1947 que a situação foi piorando através de uma intervenção, e utiliza a expressão, "*que não é uma intervenção judaica, mas é a uma intervenção sionista, no sentido de se agravar e criar colonatos à conta de território, das terras, dos bens quem lá já vivia, dos palestinianos*". Não se pode deixar cair no esquecimento, de geração para geração, agravando-se esta situação, que considera natural os jovens, de forma autónoma, muitas vezes até contra

a vontade dos pais, se manifestem contra este tipo de ocupação. Recorda uma resolução, a resolução n.º 497 das Nações Unidas, que levou praticamente todos os países contra Israel, tirando os Estados Unidos da América, tirando dois ou três países que se têm manifestado em defesa de Israel, porque é nitidamente, contra o direito internacional, porque *“imagine-se que os nossos vizinhos de Espanha se lembrassem de vir ocupar o nosso território e afastarem-nos das nossas casas, dos nossos bens, das nossas famílias”*.

Infelizmente, por todo o Médio Oriente e não só, mas por todo o Médio Oriente há uma diáspora palestina, é do conhecimento que os palestinianos são um povo bastante culto que sempre viveu arreigado às suas tradições, mas também com olhos no futuro e o futuro é construção da pátria palestina. Falou-se e bem, aqui que há uma pátria Palestina e que há e pode haver uma pátria Israelita. Houve momentos em que se pensou que se acertava o caminho nesse sentido, porém, só o Sinai é que foi restituído depois da guerra de 1967, quer os Montes Golan, quer a Cisjordânia, quer a Faixa de Gaza, não houve nada, pelo contrário, mais colonatos em cima de mais colonatos, num autêntico fanatismo religioso. Quando se fala em fanatismo religioso não se pode só falar sobre o fanatismo religioso islamita, árabe, mas também reconhecer que há um Estado que é cada vez mais um Estado religioso. O Estado de Israel vai-se colando a uma coisa com a outra e isso é nefasto.

Para terminar, deixa a nota que, existem milhares de israelitas dentro e fora de Israel, até nos Estados Unidos da América, se observarem as redes sociais, existem milhares de israelitas que são contra esta atitude do Estado de Israel.

Considera que é o momento de se fazer paz, é o momento dos dois povos poderem dialogar, os dois povos terem direito à terra, aos seus bens e ao progresso. Recorda que há um grupo em Israel, o “Standing Together” que há pouco tempo fez uma manifestação de milhares de israelitas e árabes palestinianos, todos juntos contra este tipo de situações, infelizmente, também se sabe que a atitude do Senhor Trump, Presidente dos Estados Unidos da América em querer reconhecer, Jerusalém que é uma capital de três religiões, judaica, muçulmana e até a própria religião cristã, que poderia ser uma cidade aberta, para estes povos. Incendiou, criando uma situação que irá agravar ainda mais a situação no Médio Oriente, nomeadamente entre Israel e Palestina, criando situações como esta, que é uma reação perfeitamente natural e que têm que ser condenadas, sobretudo quando se fala de jovens, que não merecem esta atitude por parte das autoridades israelitas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que ao falar em jovens, recorda as crises académicas de 62 e 69 e o trajeto de vida de alguns que se encontram presentes, que aos 13, 15, 16 ou 17 anos de idade, também de alguma forma, faziam alguma luta. Salienta que é por causa dos jovens que as *“coisas”* se mudam, os jovens são muitas vezes aqueles que vão à frente para mudar o que que pensam ser mais justo. Têm uma noção de justiça muito arreigada, muito próxima do coração, mas com isso alimentam muitas vezes as revoltas e que um dia mais

tarde, todos iremos viver em melhores dias, viver em liberdade porque também foram muitas vezes, os jovens que fizeram esse caminho e foram eles que estiveram à frente com bandeiras com força anímica e com a força própria da juventude para fazer essas lutas.

**Submetida a Moção a votação (Liberdade para Ahed Tamimi e todos os menores palestinos presos), foi a mesma aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**Informações / Assuntos diversos:**

● **Informação sobre a Reunião com a Empresa Electro-Arco – O Sr. Presidente** prossegue para dar nota de uma matéria que considera merecer a preocupação de todos e congratula-se com os números do desemprego, que têm baixado no país, particularmente na Península de Setúbal e no concelho de Palmela, sabe que tem contribuído para essa dinamização económica, a pequena economia, as médias empresas e as grandes empresas, que tem o privilégio de ter no Concelho de Palmela, porque, com mais dependência de um ou de outro setor, possui um tecido económico, diversificado que considera ser saudável, que em caso de crises recessivas, permite *“não bater tanto no fundo e realça a existência de uma economia familiar que nos mantém sempre à tona de água”*.

Manifesta preocupação com uma empresa sediada no concelho de Palmela e que, em novembro, gerou preocupação através de algumas notícias, trata-se de uma multinacional. Considera ser necessário refletir sobre a questão da apropriação de alguns setores estratégicos do tecido produtivo, que começam por dar notícias de despedimentos nas suas fábricas de Setúbal. Informa que a Câmara Municipal tomou a iniciativa de agendar uma reunião e que apesar de sucessivos adiamentos, está finalmente agendada. A Electro-Arco é uma empresa sediada em Pinhal Novo há muitos anos, e verifica-se motivos para adensar-se preocupações, porque tiveram nota da intenção demonstrada pela multinacional, Lincoln Eléctric que integra a Electro-Arco de encerrar em Março. Esta unidade de produção está instalada em Venda do Alcaide, tem atualmente cerca de 60 trabalhadores. Tiveram a oportunidade de visitar empresa numa semana da freguesia há cerca de dois anos. A empresa produz elétrodos para o mercado português e internacional e em 2016, período em que sofreu uma remodelação, foi uma das empresas com maior volume de negócios do distrito de Setúbal com estabilidade financeira e atualmente tem de despedir trabalhadores, sendo a única na região a produzir este tipo de material.

A intenção de encerramento da empresa nunca foi formalmente comunicada, tomou-se conhecimento através da comunicação social e julgou-se tratar-se apenas da unidade de Setúbal. Foi anunciado em novembro, em carta dirigida aos trabalhadores pela Lincoln Eléctric, com o argumento que houve diminuição de encomendas e que a produção irá ser transferida para outras unidades na Europa, apesar de continuar a vender e a dominar o mercado português.



Prova-se assim, que a questão dos capitais de investimento na produção, mereciam outro tipo de regulação e outro tipo de controlo. Até porque muitas destas empresas acabam por ao longo dos anos ter um conjunto de incentivos e de atrativos, quer dos Municípios, quer do Estado Central e de fundos comunitários para que os investimentos ocorram no país e depois de um momento para o outro, acontecem situações desta natureza. Considera que é necessário fazer uma reflexão.

Dá nota que tomou conhecimento que a reunião foi agendada para dia 23.

Refere que é importante que estejam sintonizados, não só na denúncia destas situações, mas sobretudo em saber quais as alternativas que podem ser oferecidas a estes trabalhadores. Que a situação não seja mais uma, em que o Estado Português fica com os trabalhadores na Segurança Social. Existe património e investimento e acredita que na reunião, devem procurar perceber quais são os motivos, de facto e de direito. Fica assim a nota da notícia, que não é uma boa notícia e provocando um revés no entusiasmo que se verificava com o desenvolvimento económico no território.

• **Informação da adjudicação da empreitada de Infraestruturação da Rua da Holanda - Lagoinha** – O Sr. Presidente dá nota do avanço da empreitada que foi anunciada no início de novembro, em termos de abertura do procedimento, mas por causa de revisões e novos orçamentos, transitou de ano e irá ser agora adjudicada. Trata-se da empreitada de infraestruturação da Rua da Holanda da Lagoinha. O Município de Palmela adjudicou esta empreitada por um valor de cerca de 85 mil euros, terá uma duração de 90 dias e consiste na instalação de rede de esgotos domésticos e pluviais, porque existem troços da rua que não os têm; remodelação da rede de abastecimento de água, porque irão mexer nas infraestruturas enterradas e respetivos ramais e a pavimentação da via até ao final, que não está pavimentado.

Refere que a obra insere-se na infraestruturação da Lagoinha da 2.ª fase, para a qual adjudicaram-se projetos de base, na ordem das várias dezenas de milhares de euros, estão aprovados e ir-se-á passar aos projetos de execução, de cada uma das fases. Será realizada faseadamente porque requer um conjunto de licenciamentos junto da Simarsul, das Infraestruturas de Portugal, no caso de coletores de ligações a emissários, mas também porque se pretende que algumas destas obras possam vir a ser candidatas no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso dos Recursos (POSEUR) e informa que amanhã haverá uma reunião em Lisboa com a Gestora deste Programa, com representação, não só do Município de Palmela, mas de todos os Municípios da Península de Setúbal, para reclamar uma reavaliação dos Avisos, uma vez que são dados pelo POSEUR e continuam a fazer depender o apoio a investimentos pela congregação de vários fatores, como por exemplo, o de 50 mil habitantes e por esta ordem de ideias, considera que os territórios periurbanos nunca poderiam recorrer a apoios na infraestruturação e são os que mais precisam. Outro exemplo, só permite

candidaturas quando a exploração do saneamento em baixa, é explorado por quem explora a alta, o que obrigaria os municípios a perderem a competência que têm hoje do saneamento e entregá-la à Simarsul. Questões como estas, que apresentou, não respondem às necessidades da Península de Setúbal, matéria que será exposta ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, e na reunião que foi agendada com a Gestora da POSEUR. Entende-se que há um conjunto de avisos que têm de ser reformulados, porque se foi feito a pensar em sistemas multimunicipais que existem a Norte do País, com valores elevadíssimos de tarifas, o mesmo não serve os concelhos da Península, nem os concelhos em geral do país, porque onde é necessário prestar apoio à remodelação da redes, é precisamente nestes territórios, que foram pioneiros na instalação de redes de água e saneamento e que hoje têm redes a precisar de remodelação, nomeadamente em territórios com aglomerados populacionais mais dispersos. Quem conhece o concelho de Palmela, reconhece o esforço que é executar quilómetros de infraestrutura. Se foi previsto num Plano Diretor que haveria um aglomerado urbano, em zonas que sendo periurbanas e não tendo a densidade populacional que têm as grandes cidades são precisamente as zonas que mais precisam. É importante conseguir a revisão destes critérios e acredita-se que vai ser possível negociar.

- **Há saúde no Mercado** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que irá ser uma ação desenvolvida pela Unidade de Cuidados na comunidade de Palmela integrada no projeto “Saúde Palmela” e que tem como objetivo desenvolver a literacia em saúde no concelho de Palmela. Consiste na realização de sessões de informação e esclarecimento, bem como outras atividades na área da saúde dirigidas à população em geral e que terão lugar todas as primeiras sextas-feiras de cada mês no Mercado Municipal de Pinhal Novo.

Este projeto “Saúde Palmela” encontra-se protocolado entre o Município, o ACES Arrábida e a Unidade de Saúde Familiar de Santiago Palmela e tem permitido desmistificar crenças e esclarecer preocupações ligadas à saúde/doença, promovendo, deste modo, aproximação dos serviços de saúde aos munícipes do concelho de Palmela. Por exemplo, os temas que irão ser abordados são tão diferenciados, como o benefício do exercício físico, a leitura de rótulos alimentares, ser mulher, a prevenção de doenças cardiovasculares, não ao tabaco, as crianças e avós, o uso responsável do medicamento, benefício da vacina contra a gripe, a diabetes e o que é que a uma alimentação saudável. Estes serão os temas que irão ser abordados nestas primeiras sextas-feiras de cada mês, no Mercado Municipal de Pinhal Novo.

- **Informação sobre a Semana de Marateca** - O **Sr. Presidente** informa que irão dar início ao ciclo das *Semanas das Freguesias* e a primeira, será na próxima semana, dedicada à Freguesia de Marateca.

Haverá um conjunto de reuniões de trabalho por setores, de acordo com os pelouros que cada um tem e alerta para relevância de três momentos que considera importantes e que divulga agora uma vez que o programa tem alguns aspetos em construção. Na terça-feira de manhã, dia 16, uma reunião entre os membros dos executivos que têm pelouros. No dia 17, uma visita a obras, instituições e empresas, aberta à comunicação social e a toda a Vereação que entenda acompanhar. A reunião de câmara, no período da noite, descentralizada em Cajados, no salão da Associação dos Leões de Cajados. Haverá um conjunto de outras reuniões de trabalho, dos vários pelouros já agendadas, que destacam a atenção que é dada na freguesia da Marateca ao associativismo cultural e recreativo. O associativismo tem expressões múltiplas, tem dinâmicas diferentes, mesmo dentro de cada um dos territórios, tem expressões e dinâmicas diferentes e capacidades diretivas diferentes. Na Freguesia de Marateca, tem-se notado que existem algumas crises de funcionamento, de eleições de corpos sociais, necessidades de apoios e será um eixo nessa semana, este será um eixo durante este ano, porque todos anos, se dá atenção ao Social, à Educação, à Economia Local, e este ano pretende-se fazer uma caracterização, procurar perceber o que é que se passa, de que forma é que se podem criar sinergias entre as associações, rentabilização de recursos e de que forma se poderá apoiar tecnicamente para que possam sair de algumas dificuldades. Os apoios financeiros são de outra natureza e informa que está a decorrer o prazo da entrega das candidaturas de apoio ao associativismo, de acordo com o regulamento em vigor.

Para terminar, informa que na sexta-feira, dia 19, haverá atendimento descentralizado na Junta de Freguesia e no Centro Comunitário em função da necessidade de salas e, posteriormente, haverá uma conferência de imprensa para se fazer o balanço da *Semana da Freguesia*.

• **Município de Palmela na 38.ª edição da FITUR – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha**, começa por cumprimentar todo o executivo, aproveitando para desejar a todos um feliz Ano Novo, a todos os eleitos, senhores/as jornalistas, aos bloggers, senhores/as munícipes presentes e trabalhadores/as do Município de Palmela.

Informa da presença da Câmara Municipal de Palmela, através da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, na 38.ª edição da FITUR, Feira Internacional de Turismo, que irá decorrer em Madrid, de 17 a 21 de janeiro de 2018.

Trata-se de uma presença a convite do Instituto do Turismo de Portugal, será assegurada nos dias que estão destinados a operadores profissionais, nos quais serão realizadas provas de vinhos da Península de Setúbal, com destaque para os Moscatéis de Setúbal, que comemoram os seus 110 anos de região demarcada.

Refere que o objetivo desta presença é estabelecer contatos diretos com operadores e agentes turísticos nacionais e internacionais que visitem o certame e, para além da promoção dos

vinhos, é complemento essencial a partilha de informação sobre o concelho de Palmela sobre a região, o território e sobre as experiências ecoturísticas.

A FITUR é uma das principais feiras de turismo do mundo, onde se prevê que o número de 9.893 de empresas presentes no ano anterior, seja superado, assim como, ultrapassados os 244.975 participantes. Os produtores de Palmela, associados da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, terão os seus vinhos representados.

Considera que a presença da Câmara Municipal de Palmela, através da ARVPS (Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal), na FITUR constitui, um momento privilegiado para a promoção, divulgação e valorização da oferta turística do concelho de Palmela, tanto ao nível do enoturismo, como de produtos associados ao turismo histórico-cultural, ao turismo de natureza e à gastronomia.

Acredita que esta presença irá contribuir para promover da melhor forma e criar oportunidades de negócio aos agentes turísticos locais e atrair mais turismo ao concelho de Palmela.

● **Programa de Promoção Gastronómica "Palmela, Experiências com Sabor!" 2018** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa sobre o início do "Programa Palmela, Experiências com Sabor", cuja primeira edição deste programa foi lançada em 2009. O calendário para este ano irá manter os dois concursos que têm sido realizados em anos anteriores, o concurso da Sopa Caramela e o concurso da Doçaria de Palmela, além dos fins-de-semana gastronómicos temáticos que fazem parte das agendas dos visitantes e restaurantes.

Os Fins-de-semana Gastronómicos temáticos serão dedicados a produtos gastronómicos locais, como o Queijo de Ovelha e Queijo de Azeitão, a Fogaça de Palmela, a Sopa Caramela, os Petiscos Tradicionais, a Fruta, o Vinho de Palmela, o Moscatel de Setúbal e o Coelho à Moda de Palmela. Todos estes Fins-de-semana Gastronómicos realizam-se por ocasião de alguma festividade regional, pelo que em 2018, irão dedicar um Fim-de-semana Gastronómico às iguarias natalícias, para que os estabelecimentos aderentes possam apresentar propostas tradicionais e/ou inovadoras de pratos e de doces alusivos à quadra festiva.

A par desta novidade no calendário anual, destaca os estabelecimentos aderentes à iniciativa, e que serão identificados com o logótipo do "Palmela – Experiências com Sabor!" para que os visitantes possam facilmente reconhecê-los.

O primeiro Fim-de-semana Gastronómico do ano de 2018 será dedicado à Fogaça de Palmela, nos dias 12, 13, 14, 19, 20 e 21 de janeiro e os estabelecimentos de restauração participantes apresentarão propostas gastronómicas onde a Fogaça de Palmela será elemento obrigatório na sua confeção. A Fogaça de Palmela é um biscoito tradicional e aromático, que a população da vila produzia, em particular, no mês de janeiro, para oferecer, como pagamento de promessas a Santo Amaro. A cerimónia da Bênção das Fogaças decorre, anualmente, a 15 de janeiro, na

Igreja Matriz de S. Pedro e trata-se de um momento simbólico e tradicional, de afirmação e valorização deste produto gastronómico no património cultural do concelho de Palmela.

- **Teatro o Bando – Distinção** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá nota de uma informação que muito lhe apraz registar e sublinhar, relacionada com a área da cultura, a distinção de uma companhia de teatro sediada no concelho de Palmela.

Refere que a peça do Teatro O Bando “Inferno” – uma coprodução com o Teatro Nacional D. Maria II, Teatro Nacional S. João e Convento S. Francisco - foi distinguida pela Revista Time Out Lisboa, como um dos cinco melhores espetáculos de 2017.

Com dramaturgia e encenação de João Brites e música a cargo do Maestro Jorge Salgueiro, a peça foi criada a partir da primeira estação de “A Divina Comédia”, de Dante Alighieri, obra épica da literatura mundial e constituiu-se como “uma janela aberta para o presente”, abordando a existência e a humanidade possíveis, nos dias de hoje.

#### **Questões apresentadas pelos Srs./a Vereadores/a**

- **Electro-Arco / Autoeuropa** - O **Sr. Vereador José Calado** faz referência à intervenção do Sr. Presidente relativamente à Electro-Arco e questiona se a Câmara Municipal de Palmela irá receber os trabalhadores da empresa ou se a reunião será só com o Conselho de Administração?

O **Sr. Presidente** responde ao Sr. Vereador José Calado e informa que a reunião será com a Câmara de Palmela e o Conselho de Administração.

Relativamente à Autoeuropa, o **Sr. Vereador José Calado**, considera que também o Sr. Presidente poderia ter alguma capacidade de interferir, porque no que se comenta na comunicação social, a situação não está a correr bem e para evitar que se chegue a situações desta natureza, considera que a intervenção da parte do Sr. Presidente também seria importante.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão**, sobre o mesmo assunto, considera que, relativamente à situação dos trabalhadores da Electro-Arco, da empresa e da preocupação dos 60 postos de trabalho, vê como positiva a reunião com a administração da empresa, uma vez que são conhecidas as posições dos trabalhadores sobre a situação da empresa.

Lamenta que, mais uma vez, as empresas, não em função dos mercados, mas em função de oportunismo, porque durante anos receberam condições favoráveis para se instalarem com benefícios vários, fiscais e outros, e por qualquer motivo, às vezes sem nenhum motivo, se deslocam para outros países, onde procuram mão-de-obra mais barata. Sabe-se que atualmente, os custos das empresas, de produção, deslocações e transportes têm cada vez menos significado, as empresas não têm pudor em se deslocarem para mercados mais

periféricos, mesmo que esses não sejam os mais beneficiados pelas suas produções ou que as produções sejam orientadas para as necessidades desses mercados.

Considera que é de lastimar, caso se concretize esta deslocação e não será por falência, não por estar em dificuldades económicas, não por ter dificuldades em entrar no mercado nacional, europeu, porventura até mundial, mas sim de uma empresa que por qualquer motivo e sabe-se quais são, procura de mão-de-obra barata, menores condições aos trabalhadores, um quadro de defesa do direito ao trabalho e de direitos dos trabalhadores mais benéfica para a empresa que acaba por se deslocar para outras regiões mais periféricas.

Lamenta, enquanto Socialista e Vereador da Câmara Municipal de Palmela que, ainda hoje haja investidores a pensar desta forma, no entanto, considera correto que a Câmara encete todos os esforços, naquilo que lhe é permitido e muitas das vezes o que lhe é permitido tentar fazer uma política de influência, de presença e não de ausência, mas de presença para poder fazer sentir que há necessidade de que a empresa se mantenha no concelho de Palmela, não vendo razões para que a empresa se desloque.

Relativamente à Autoeuropa, o **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que não acrescentará mais ao que foi dito anteriormente e para terminar o capítulo sobre as empresas, considera que neste caso, trata-se de um conflito entre direitos e deveres. Num mundo de maior justiça, entende que, tem que haver direitos e deveres, tem de haver equilíbrio e as empresas não podem jogar com os trabalhadores sistematicamente, *"no sentido que se não aceitarem vamos embora, os trabalhadores também não podem jogar com as empresas em outro sentido"*. Considera que deverá haver um espaço de diálogo de compreensão, que se perceba que a Autoeuropa é importante para a Península de Setúbal, para o concelho de Palmela e importante para a economia nacional. Não se pode negociar com ameaças de deslocação e também não se pode negociar com ameaças de greve. Dever-se-á ter calma suficiente para se poder chegar a um acordo que seja benéfico para todos, porque não se trata só da Autoeuropa, trata-se também do parque da Autoeuropa e que abarca cerca de 10 mil postos de trabalho, por conseguinte, seria uma machadada muito grande no capítulo social e no capítulo da economia deste país. Refere que todos deverão ter bom senso, as empresas, os sindicatos e os seus trabalhadores, a autarquia, todos os que andam na política de alguma forma, seja em diferentes níveis, o bom senso deverá imperar para se tentar chegar a acordo. Considera que não são precisos vencedores, porque se conseguirem manter o que são os direitos dos trabalhadores e o que são os direitos da empresa, todos irão conseguir manter a empresa neste território. Todos irão ganhar, se todos saírem vencedores, esta é a posição da bancada Socialista, uma posição de diálogo com uma presença constante, para que a empresa se mantenha e os seus trabalhadores alcancem a sua dignidade.

• **FITUR** - No que se refere à presença da Câmara na FITUR, o **Sr. Vereador Raul Cristovão** destaca como positiva essa representação, porque há muito que se luta, para que cada vez mais o concelho de Palmela, na área do turismo, esteja presente nos grandes acontecimentos, nomeadamente em Espanha, porque hoje e desde há uns anos, é um mercado potencial para o nosso concelho. Salaria essa importância, seja através das provas de vinho de Moscatel, seja através de outras, porque o concelho de Palmela é muito mais que o Moscatel e ainda bem que temos os melhores moscatéis do mundo, mas o concelho de Palmela é mais que o vinho, é a natureza, a cultura, a gastronomia. Um povo de tradições, e é muito importante que se consigam fazer representar.

Coloca uma questão ao Sr. Vereador ou ao Sr. Presidente, de que modo é que esta presença na FITUR, que entendeu ser através do Instituto do Turismo de Portugal, é enquadrada num um âmbito mais alargado, de que forma esta presença foi preparada com os agentes económicos na área do turismo e nas diferentes áreas do turismo que já foram mencionadas. De que modo foram preparados materiais suficientes, não em número, mas se suficientemente apelativos para que possam transmitir o que de bom existe no concelho de Palmela, para que na FITUR ou em outras iniciativas possam ter essa divulgação.

Considera importante a divulgação e informação junto dos operadores turísticos, um trabalho muito positivo junto dos operadores turísticos, porque entende ser esse o caminho para cheguem às grandes massas turísticas. Percebe que para esta edição está feito e a forma de como foi feito, mas como será feito no futuro, para que se possa organizar a presença, que se possa levar mais do que um vinho, Moscatel ou queijo, mas também mais informação, mais divulgação de qualidade para atrair um público turista, um turismo diferente, que seja divulgador das qualidades turísticas que o concelho de Palmela tem para oferecer?

• **Recolha seletiva de resíduos urbanos valorizáveis** - O **Sr. Vereador Raul Cristovão** faz referência a duas questões, uma das quais fazia parte do programa eleitoral do PS, nomeadamente a promoção de sistemas inovadores que se destinava a aumentar a recolha seletiva de resíduos urbanos valorizáveis, que está ligada à questão do POSEUR e com uma candidatura que teve como data de abertura 10 de julho de 2017 e data de fecho a 29 de janeiro de 2018 e cita duas situações:

- A introdução de soluções alternativas inovadoras que permitam aumentar significativamente a participação dos cidadãos e eficiência do sistema de recolha de reciclagem multilateral designadamente a recolha porta-a-porta no sistema PAYT (pay-as-you-throw), investimentos com vista ao aumento da valorização orgânica de resíduos através do apoio de sistemas de iniciativa de recolha seletiva.

Reforça a questão com o propósito de perceber se até ao referido dia 29 de janeiro, foi ou ainda irá ser entregue a concurso, algum modelo a implementar deste género. Este é o modelo

que defendem e que se propõem defender nos próximos 3 anos. Questiona se é ou não uma prioridade para este executivo, se irá ou não até ao dia 29 de janeiro ser entregue a Tribunal o concurso?

Para concluir, informa que rececionou uma queixa, que considera ser mais uma preocupação da Associação de Moradores do Palmela Village, uma situação que está a ser tratada com a Câmara Municipal de Palmela através de um protocolo que foi aprovado pelos proprietários e que aguardam pelos serviços da Câmara Municipal de Palmela para o poderem concretizar. Referem que passaram 70 dias e que, à data, ainda aguardam uma resposta. Gostaria que esta questão fosse esclarecida, até para o bem do trabalho de uma associação que, considera que aquele espaço merece da Autarquia de Palmela, quer da Associação de Moradores um trabalho que valorize aquele espaço, porque ao valorizar aquele espaço, valoriza também o território da Quinta do Anjo.

● **Electro-Arco / Autoeuropa - O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere duas questões que foram apresentadas e que merecem preocupação e considera importantes. Relativamente à reunião que o Sr. Presidente informou que irá ter com a Administração da Electro-Arco, no dia 23, solicita, se possível na reunião de câmara seguinte, possa prestar informação sobre o ponto de situação da empresa, que como foi referido pelo Sr. Presidente, é uma empresa que tem um volume de faturação muito elevado, desde que esse valor de faturação depois corresponda a receber o que é faturado.

Considera que o que se pretende não é interferir naquela unidade produtiva, porque não é esse o papel de uma autarquia, nem dos poderes públicos: *"às empresas, o que é das empresas, aos poderes públicos, o que é das e dos poderes públicos"*. Considera pertinente acompanhar dentro das competências e possibilidades da Autarquia de Palmela, fazer para que haja um clima social económico naquela empresa e outras empresas que levem ao sucesso não só da empresa como, daqueles que com ela mais lidam, sejam os trabalhadores, sejam os clientes e os fornecedores da empresa.

Considera que o mesmo é aplicável à situação da Autoeuropa que é uma questão que o preocupa e espera que o bom senso e as negociações pacíficas que, durante muitos anos, foi possível ter na Autoeuropa, que cada um acima do que é uma agenda ideológica que alguns possam ter, se preocupem com a empresa, com os postos de trabalho e com a criação de mais-valias para a empresa e para os trabalhadores que nela estão inseridos e que com ela trabalham e os que trabalham direta e indiretamente com a empresa.

● **Questões apresentadas por Municípes - A Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes, o Sr. Presidente, senhores/as Vereadores/as, os presentes e os que assistem pela



*internet* e deseja a todos um feliz Ano 2018. Apresenta algumas questões que lhe foram reportadas por alguns Municípios de Pinhal Novo e que após deslocação ao local, considera que as mesmas merecem a atenção do Município de Palmela, e que passa a apresentar:

- Na Rua Álvaro Tavares (com fotografia se for necessário), foi criada uma passadeira elevada, e junto a essa passadeira não foi devidamente acautelado o escoamento de água, situação que acontece em dias que chove mais, forma-se "uma piscina" que torna intransitável a quem caminha naquela Rua. Na mesma rua, no acesso à Praceta da Salgueirinha, está numa passadeira que sendo bastante utilizada pelos municípios está praticamente invisível, necessitando de uma pintura;

- Na Praceta da Salgueirinha, foram identificadas algumas questões de limpeza e também de PT's que, entretanto foram reportadas ao Sr. Vereador Pedro Taleço;

- Na Rua Avelina Pires Leitão, na qual existe um espaço para a colocação de dois contentores do lixo, mas só existe um. É uma rua com muitos edifícios e faz falta um segundo contentor, porque o existente, está diariamente sobrelotado.

● **Recolha seletiva de resíduos urbanos valorizáveis - O Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes, as pessoas que assistem em casa em direto ou em indeferido endereçando os votos de um 2018 pleno de sucessos e objetivos concretizados. Na sequência da intervenção do líder de bancada Socialista, o Sr. Vereador Raul Cristovão, gostaria de fazer uma adenda em relação à questão que foi colocada sobre os sistemas de recolha alternativos de recolha de resíduos como o sistema PAYT (pay-as-you-throw) ou recolha porta-a-porta. Refere que, desde o último mandato, na linha de intervenção do Partido Socialista, consideram não ser necessário esperar por candidaturas para realizar este tipo de intervenção, uma vez que não requer meios extraordinários para se iniciar os primeiros testes piloto e sobre esta matéria está plenamente disponível para discutir todos os pontos da implementação, desde a compra dos sacos, à distribuição dos mesmos, à motorização do que os municípios metem lá, aos locais do concelho onde se poderá implementar.

● **Escola Básica Zeca Afonso – O Sr. Vereador Pedro Taleço** reporta-se a uma questão, que considera recorrente porque já a colocou anteriormente e tem a ver com a Escola Básica Zeca Afonso que em deslocação ao local, detetou algumas questões relativamente ao espaço ajardinado que está em frente e mesmo a iluminação pública precisa de algumas correções e, como tal já foram dadas também essas indicações, mas a questão que importa referir relaciona-se com uma acumulação de água existente no pátio interior da escola (traz foto para mostrar) e que, segundo alguns encarregados de educação, é uma situação recorrente e

gostaria de perceber se existe alguma outra situação que possa ser estrutural e que esteja na base desse problema.

**Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:**

- **Autoeuropa** (Questão colocada pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Presidente** refere que relativamente à questão da Autoeuropa, não precisa de encomendar nenhuma intervenção, porque a Câmara Municipal não pode, nem deve fazer qualquer intervenção junto da Autoeuropa, porque o que decorre é um processo de negociação entre a empresa e os representantes dos trabalhadores, a Comissão de Trabalhadores e as Associações Sindicais. Mas esclarece que há vários meses, e com muita frequência, têm sido efetuados contactos com o Conselho de Administração da Autoeuropa, porque considera que existe um conjunto de assuntos em que se tem contribuído para que a empresa fique na região, para que a empresa fizesse obras de ampliação, para que a empresa fizesse os investimentos, inclusive informa que esteve em reuniões com os investidores internacionais e com a sede da Autoeuropa a explicar o que o concelho de Palmela podia oferecer, para que a Autoeuropa continuasse a investir em Portugal e no concelho de Palmela. Pede perdão pela imodéstia, mas se falarem com o anterior Presidente do Conselho de Administração, ele dir-lhes-á se a intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Palmela foi ou não foi importante para esse clima de confiança, que fez com que esse investimento fosse acompanhado junto de outras entidades IAPMEI e AICEP e fundos comunitários.

Relativamente à segunda questão, sobre o denominado conflito dos horários, esclarece que tiveram a oportunidade de receber o Presidente do Conselho de Administração desde o início do conflito, e dizer que acreditam que o caminho é o diálogo e a negociação. Considera que ninguém tem o direito de impor soluções, horários que alterem significativamente, não só a qualidade de vida das pessoas, mas também matérias e valores que não podem ser nunca abandonados em questões de contratação coletiva.

Refere que foi dito que o Conselho de Administração se recusava a falar com sindicatos e informa que numa reunião em que esteve presente, *“salientou que tal era indispensável, pois os sindicatos que representam os trabalhadores. Têm todo o direito de aguardar a eleição da nova Comissão de trabalhadores, mas têm de falar com os sindicatos, esta não foi uma imposição, foi uma opinião”*. Verifica-se que tem havido reuniões com os sindicatos.

Em terceiro, refere que sobre a Autoeuropa entende que o que se passa é que *“não deve dar para o peditório dos comentadores de bancada que acham que os trabalhadores têm de aceitar tudo de qualquer maneira, porque senão Autoeuropa vai-se embora, dispensa os comentaristas de opinião que estão ao serviço daquilo que toda gente sabe, porque observa o que comentam, sempre foram adeptos da troika, sempre foram defensores da banca, sempre foram defensores*

*da destruição da negociação coletiva e, considera esses comentaristas que se encontram em vários jornais, que não cita o nome, desde os especialistas em economia aos colunistas, nós sabemos quem são esses colunistas e dispensa a opinião do senhor Belmiro de Azevedo como dispensa a opinião de outros, foi uma pessoa importante na altura da fixação da Autoeuropa em Portugal. Pede desculpa, porque queria referir-se ao Sr. Mira Amaral.”*

Sobre esta matéria refere que tem sido convidado a escrever, a dar opiniões, a dar entrevistas, e deu apenas uma entrevista à Lusa, de que passou um ligeiro extrato nas televisões na semana passada. A posição que assumiu em nome do Município de Palmela foi uma posição de otimismo, uma posição de recusa de qualquer chantagem, uma posição de quem acredita que à mesa, com negociação, se conseguirão encontrar as soluções.

Alerta, no entanto, que tinham a informação toda, porque alguma comunicação social só passa o que interessa a alguns donos da verdade. A Autoeuropa quando falou neste novo modelo, falou no recrutamento de muitos milhares de trabalhadores, mais do que aqueles que já contrataram e que já foram muito importantes, mas falaram no recrutamento de mais, porque se sabia que precisavam de mais, se queriam ter esses níveis de produção.

Provavelmente a solução passa por reorganizar e não por obrigar “*é muito simples, quem está de fora diz que até vão pagar os sábados a 100 e porque não pagam a 300? Até vão fazer assim, até vão fazer assado. Experimentem trabalhar dois anos assim? Alterar as vossas vidas, casais que têm ambos os membros a trabalhar na empresa, para perceber que, de facto, isto é uma questão também civilizacional que pode abrir a porta a outros recuos no funcionamento mercado de trabalho*”. Refere que ontem foi tornado público e pensa ser de uma página de uma revista nacional, que muitos daqui leem, “*Manifestações de trabalhadores na Alemanha do setor metalúrgico, por exemplo, a pedir a redução das 35 para as 28 horas semanais.*” Querem ser iguais à Europa, ser muito avançados civilizacionalmente, mas parece que o que querem é regressar às 40 e às 50 horas. As 35 horas foi um avanço civilizacional e o resto é trabalho extraordinário, até a administração pública tem matérias para as quais é obrigatório, é irrecusável, desde que transmitido com determinada antecedência e determinada fundamentação e não pode ser de aceitação obrigatória. O fundamental é que acredita na negociação e no diálogo.

Sobre este tema, volta a usar da palavra o **Sr. Vereador José Calado**, e refere que não sabe como é que o Sr. Presidente entendeu a pergunta sobre a Autoeuropa, e manifesta contentamento com a explicação e demonstra agrado que esteja atento a toda a situação e dá os parabéns. Considera que o Sr. Presidente entendeu a pergunta como sendo ofensiva, mas a intervenção foi no sentido de pedir uma explicação que entretanto foi transmitida pelo Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente** refere que o Município não pode fazer outro tipo de intervenção tem de ser prudente e não procurar protagonismos. Considera que, os protagonistas deste conflito, devem

ser as partes que, devem sentar-se à mesa. Nenhum autarca, nenhuma força política, nem nenhum sindicato. Genericamente concorda com a posição de princípio do Partido Socialista.

- **Electro-Arco** - O **Sr. Presidente** aproveita para responder ao Sr. Vereador Raul Cristovão que considera importante que os municípios fiquem preocupados com o tecido económico, com a repercussão que tem na vida social e económica dos seus concelhos. Considera necessário que as forças políticas também façam outro tipo de trabalho. Refere que até os Vereadores Socialistas têm contactos privilegiados para tanta coisa, tentem ver na Segurança Social e no Instituto de Emprego e Formação Profissional, o que se pode fazer, para que estes trabalhadores não venham a ficar abandonados à sua sorte. Considera a questão mais profunda, para que estes trabalhadores não venham a ser abandonados, o Estado português agora que os indemnize e que vivam com o subsídio de desemprego que descontaram. É da opinião que há empresas que têm tido grandes isenções, financiamentos para os seus investimentos, e que quando abandonam os territórios onde estão, deveriam ressarcir o Estado, numa percentagem, pelo facto de terem usufruído de incentivos e alguns até de subvenções e que depois de repente, vão-se, embora, porque conseguem noutro lado, à hora, uns cêntimos a menos. Considera que esta não pode ser a regra e era importante que a Segurança Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional nestas situações de despedimentos, deveriam ter um plano especial para estas pessoas. Não é pura e simplesmente receber o subsídio a que tem direito, deveria haver um plano, formação de reintegração e que não estão em desacordo nesta matéria.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão**, manifesta acordo com o que foi dito, contudo refere que não seria o primeiro nem o último em que efetivamente, mais do que os subsídios a que os trabalhadores têm direito e isso é a lei geral que manda. Esses por lei têm direito a eles e são salvaguardados, tem esperança que a empresa tenha feito os respetivos descontos e que tenha corrido pelo menos, se não correr bem no fim, que tenha corrido pelo menos bem pelo meio, para que os direitos dos trabalhadores não sejam postos em causa nesse campo. Entende que, quer o IEFP, quer a Segurança Social têm tido para situações idênticas, a preocupação de tentar enquadrar trabalhadores através de novas formações ou agilização de processos administrativos que se sabe que muitas vezes são demasiado burocráticos, para que os trabalhadores tenham acesso o mais depressa o direito aos subsídios. Conclui que estão todos a falar do mesmo e que não querem a Segurança Social metida nisto, porque significaria que a empresa ira fechar. Pretende-se o envolvimento da Segurança social se a empresa se deslocar e para que os trabalhadores continuem a ter a dignidade que merecem enquanto cidadãos e que por lei têm. Quer a Segurança Social e o IEFP, têm tido ao longo dos anos preocupações para que a estes trabalhadores possam ter, quer no campo da formação profissional para reorientar trajetos profissionais, quer no campo dos direitos sociais, tenham direito a esses

direitos de forma agilizada e não sintam um hiato ou um abandono do Estado em relação aos seus direitos.

O **Sr. Presidente** expressa o desejo para que o representante do partido do Governo para além da visão de apoio social que tem, esteja com quem tem uma postura mais firme nestas situações, com soluções para tentar obrigar a empresa a não fechar. Porque se a Electro-Arco tem mercado, lucro, por que razão quer despedir os 60 trabalhadores ou será, para daqui a uns anos, abrir com mais 40 a 50, provavelmente com vencimento menor ou com alguns apoios ou com alguns apoios do IEFP. Considera que seria uma discussão que poderiam ter sobre o que se tem passado nos últimos 30 anos em que os senhores têm responsabilidade sobre a forma como estas empresas vão jogando e vão sugando os apoios sociais do Estado.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refuta as afirmações do Sr. Presidente e refere que essa questão os irá separar sempre, não concorda que se deva nacionalizar empresas, só por nacionalizar, para que não fechem "*porque isso foi um fenómeno que deu o que já tinha a dar*". Considera que devem atuar de acordo com a economia de mercado, defendem o equilíbrio numa economia social, economia do Estado e na economia de mercado, devendo sempre prestar atenção a estes fenómenos, assegurando sempre o lado dos trabalhadores para que não percam a dignidade enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos e cidadãs, é isso que os preocupa! Se for uma discussão ideológica nunca mais sairão daqui.

O **Sr. Presidente** refere que mesmo em discussão ideológica, Sr. Vereador Raul Cristovão, considera haver alguns equívocos.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão**, refere que não é representante do Governo, mas sim dos habitantes, da população de Palmela que o elegeu.

O **Sr. Presidente** esclarece que sobre esta matéria, as questões ideológicas são claras, mas não há propriamente possibilidade, nem margem para deturpação, porque a área ideológica que defende, defende uma economia mista, e não tem preconceito em defender a renacionalização, nomeadamente dos CTT, gostaria de saber qual a posição Sr. Vereador sobre essa matéria. Considera que, prejuízo que tiveram com alguns bancos, como o Novo Banco, refere que demoram muitos anos a dar razão. O Carlos Carvalhas tinha razão na floresta, o Carlos Carvalhas tinha razão na moeda única, demoram muito tempo a dar-nos razão, 10 ou 15 anos. A questão é que não têm acesso às televisões, nem aos órgãos de comunicação ao vosso serviço. É mais difícil, mas estão habituados às lutas difíceis.

- **Palmela na 38.ª edição da FITUR** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) –

O **Sr. Presidente** refere que sobre este assunto, o Senhor Vereador Luís Calha esclarecerá melhor, mas considera que é necessário saber o que é a FITUR, que é preciso saber que quando se fala de vinhos, de paisagem, de gastronomia, fala-se de territórios e os produtos

vendem territórios. Durante a FITUR, haverá uma reunião da Rede Europeia das Cidades do Vinho no local. Realça que hoje e amanhã Palmela será falada em Cambados na Galiza também pelo património e pelo território.

Dá nota que, tiveram uma reunião com a Associação de Municípios Portugueses do Vinho e parceiros locais, CVR, ADREPES e outros, sobre o conjunto de iniciativas que vão continuar a promover o território. Existe uma rede de materiais que é partilhada, uma rede de *sites* informáticos e plataformas onde Palmela está cada vez mais visível e mais visitada, quer em termos efetivos no local, quer em termos de pesquisas.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão sobre o trabalho que está a ser feito na divulgação, informa que os operadores turísticos têm os seus canais próprios e os seus representantes e que o que a Câmara Municipal faz nesse domínio, faz como parceiros e realizando reuniões com operadores turísticos que estão a promover produtos novos que têm ligação com o território de Palmela.

- **Palmela Village** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que sobre este assunto não tenciona comentar comportamentos. Esclarece que em primeiro lugar, quem propôs o protocolo foi o Município de Palmela há muitos anos e que houve quem lhe desse jeito protelar a situação durante muitos anos. Em segundo, conseguiu-se fazer com que uma Associação de Moradores fizesse o que a Administração do Condomínio nunca conseguiu. Refere que ainda existem matérias no plano legal para tratar, o Protocolo foi assinado no dia 14 de dezembro e produz efeitos, entra em vigor a partir da data da assinatura do mesmo, mas até à presente data só consta a assinatura do Presidente da Câmara Municipal.

Acrescenta que as questões da ligação, do fornecimento dos contadores, da aferição dos ramais, uma vez que não basta só colocar contadores, porque existem zonas que têm que ser verificadas e seccionadas e relativamente ao prazo, refere que está contemplado um período de 60 a 70 dias e se o Protocolo entrasse em vigor à data de 14 de dezembro, considera que ainda se estaria a cumprir o prazo. Realça que estão todos muito interessados em operacionalizar esta situação o mais depressa possível.

- **Questões apresentadas por Múncipes** (Questões colocadas pelo Sra. Vereadora Mara Rebelo) – O **Sr. Presidente** refere que as questões apresentadas são conhecidas, e informa que sobre a lomba da Rua Álvaro Tavares, já foi solicitado que a mesma fosse rebaixada, porque é uma lomba que está acima das normas da DGV (Direção Geral de Viação). Esclarece que em futuras empreitadas de execução de lombas ir-se-á fazer a fresagem e procurar-se-á fazer o encaminhamento de águas, sempre que for possível ligar ao sumidouro e quando não

for, executa-se uma caleira, geralmente metálica para que a água possa circular até ao sumidouro mais próximo.

Relativamente à passadeira, a situação está identificada. Informa que neste momento não há empreitada, a mesma só começará em abril, com um conjunto de pinturas que estão por fazer, essas e outras que todos os anos são pintadas. No ano passado, em duas ou três empreitadas gastou-se cerca de 100 mil euros em sinalização horizontal.

Para a Rua Avelina Pires Leitão, refere que irão analisar, a questão dos contentores e do espaço é relativa. Refere que passa por essa rua quase todas as manhãs e com exceção do fim-de-semana onde se regista uma acumulação diferente, a não ser que se estejam a referir à altura do Natal e Ano Novo em que os circuitos tiveram, alguma dilação. Refere um aspeto, mais de natureza pedagógica, e esclarece que em alguns sítios existem duas gares e só existe um contentor, se um contentor foi retirado é porque possivelmente, não estava a fazer falta a determinada altura. Existem zonas onde existem contentores de 800 litros que foram substituídos por contentores de 1.000 litros e o facto de estar uma gare disponível, não significa que esteja um contentor em falta. Informa que estas questões são aferidas pelo encarregado, porque por vezes é necessário substituir contentores partidos, com rodas roubadas e outras situações do género. Colocar-se-á um contentor, porque se prefere que o lixo seja colocado dentro do contentor do que ao lado dele, e informa que a questão ficou anotada, mas considerou necessário fazer estas observações, para esclarecer que por vezes existem razões para se retirar um contentor e colocar num outro lugar. Outra questão que se prende ao nível de serviço, informa que se pressupõe um contentor a cada 200 metros num centro urbano. A área referida e em 200 metros, não existe só contentor referido, existem muitos mais contentores, e exemplifica com a Rua Fernando Lopes Graça e ao fundo da Avenida Pedro Leitão, onde existem três contentores e se virar para a Rua Álvaro Tavares também tem mais um contentor. Considera necessário que se perceba estas questões, até porque exemplifica que no seu caso, não tem um contentor perto da sua casa, faz mais de 200 metros e qualquer dia, terá que solicitar um contentor só para si.

**- Recolha seletiva de resíduos urbanos valorizáveis** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** refere que, quanto aos sistemas de recolha alternativos e dos custos. Estão disponíveis para discutir e informa que foi feito um inquérito no centro histórico, mas que a população do centro histórico não concordou, o que não significa que não se venha a implementar.

Refere que, quando na época pré-eleitoral o Sr. Vereador apontou estes sistemas como sendo uma novidade, informa que a Câmara Municipal já estava a trabalhar há muito tempo com a Amarsul, sobre esses sistemas, porque só pode haver recolha seletiva com este operador a funcionar com a Câmara Municipal. Sobre esta matéria, convida o Sr. Vereador a tomar

conhecimento dos custos e a perceber os critérios do aviso e refere que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho poderá, posteriormente, prestar esclarecimento da informação técnica sobre este assunto. Informa que não é possível cumprir porque o problema está nos avisos e a forma de como se aplicam.

Relativamente aos compromissos eleitorais, que o Sr. Vereador referiu, recorda que foi a CDU a força política mais votada. A implementação do sistema de porta a porta, em regime experimental, no centro histórico, na zona de Vila Serena, Monte Novo em Pinhal Novo e nos Portais da Arrábida, três zonas que estão a ser estudadas, e Padre Nabeto também, que perfaz quatro zonas, irão ser experimentadas. Refere que a experiência incidirá, sobretudo em zonas de moradias, habitação unifamiliar e não habitação plurifamiliar, e que neste momento estudam-se resultados de outros pontos do país, porque se trata de um sistema caríssimo e parece fácil quando se está na oposição afirmar "*se nós fôssemos poder, fazíamos isso assim*", e depois gostava de ver como é que apresentavam a fatura?

Enfatiza que estão sintonizados na necessidade de experimentar, mas que a candidatura é mais uma daquelas, que está mal feita, "*porque é preciso ter escala para o assunto*". Refere que prescinde da ajuda do Sr. Vereador Pedro Taleço para lhe dizer como se compram os sacos e se distribuem os sacos, a periodicidade entre outras situações. Refere que provavelmente não sabem que, para algumas recolhas são precisas viaturas diferentes. A questão está a ser estudada e não se trata de dar os sacos às pessoas ou vender, a questão prende-se com os circuitos das viaturas, com os dias, os horários, com muitas situações que têm de ser refletidas. Aprende-se com os erros de quem já experimentou.

**- Escola Básica Zeca Afonso** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) - O **Sr. Presidente** informa que foi efetuada uma intervenção na Escola Básica Zeca Afonso, também por uma questão de alagamento, junto à entrada da cozinha, na zona técnica da cozinha junto ao portão norte. Considera normal, por vezes solicitam que sejam impermeabilizados os logradouros em demasia, e daí surgir a necessidade de haver terreno natural. A zona em questão é de Montado com Sobreiros e é necessário haver alguma absorção, mas trata-se de uma zona técnica de entrada e saída de viaturas e deverá provavelmente haver algum saibre a mais. Recorda que em tempos assistiu-se a uma situação semelhante e o que foi preconizado, foi fazer a furação dos muros, porque quando se faz um muro, é possível criar uma "piscina" do outro lado. A Diretora e a Chefe de Divisão da Educação e Intervenção Social procurarão com Direção da Escola sinalizar o assunto e aferir qual a intervenção a efetuar.

Do conjunto de situações que gostaria de apresentar, não resiste a apresentar uma, porque considera necessário chamar a atenção para a questão das palmeiras, situação que já foi apresentada na Assembleia Municipal. Relativamente às Palmeiras situadas em Val' Flores, informa que é necessária uma avaliação técnica do estado fitossanitário de cada um dos



exemplares. O que se defende, e no âmbito das obras em substituição do promotor, porque ainda existem verbas disponíveis para se poder fazer algo e porque existe um conjunto de processos de edificação a decorrer em Val' Flores, e fazer a substituição de alguns espécimes arbóreos, como tem sido feito na zona das palmeiras, porque é urgente mandar retirar as pernadas das palmeiras caídas, quer sobre a ciclovia, quer na estrada, mas é sobretudo importante que alguém, tecnicamente, avalie o estado fitossanitário e se houver alguma Palmeira que esteja doente, é prioridade máxima abate-la, não pode cair em cima de ninguém.

Volta a usar da palavra o **Sr. Vereador Pedro Taleço**, e refere que em relação à questão da limpeza em Pinhal Novo e no concelho de Palmela, estão a proceder a uma reorganização territorial dos serviços, por forma a permitir definir zonas prioritárias, limpeza, face aos parques recursos que possuem em relação a uma visão mais global do concelho de Palmela. Trata-se de algo que a Câmara Municipal faz, face à diversidade das freguesias noutros serviços.

Concretamente em relação à questão apresentada pelo Sr. Presidente, informa que já havia sido apresentada há cerca de uma semana, precisamente no dia 2, e refere que foi realizada uma varredura primeiro com a máquina, nas zonas onde era possível o acesso e foi feita hoje, julga que esteja concluída a que faltava em termos de varredura manual, visto não serem apenas questões de gestão de recursos humanos, mas também por ser uma altura de férias.

Relativamente à questão das Palmeiras em Val' Flores, refere que é uma preocupação de todos, até por comparação com outros casos que se passaram no passado. Informa do despacho que foi dado e da sugestão técnica que foi dada, no sentido da remoção progressiva de todas as Palmeiras em Vale Flores. Trata-se de uma situação que passará pela análise dos casos prioritários, será feito diretamente pelos serviços da autarquia e progressivamente estão a ser substituídas, com intuito de substituir todas as Palmeiras, por espécies autóctones. Nesta altura, estão a ser colocadas, Faias, mas aguarda-se uma proposta do responsável técnico pelo viveiro em relação a outras espécies e em relação a outras zonas com palmeiras a retirar.

O **Sr. Presidente** interrompe e alerta para a necessidade de uniformidade das espécies que estão plantadas, porque não se deve plantar, para mais tarde se voltar a retirar. A questão prende-se com a pessoa que vai procurar fazer isso, com os recursos que estão no viveiro e outra questão, são matérias que o Sr. Vereador deverá discutir em reunião de despacho porque se pode ser possível adquirir no âmbito da empreitada ou de outra qualquer situação, como se efetuou recentemente com o programa "Mecenas de Palmela" em que houve empresas a plantar árvores. Considera necessário alinharem-se as mesmas espécies arbóreas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço**, esclarece que aguardam que sejam feitas propostas de quais as espécies, a colocar. Excetuando as Faias que foram colocadas nestas situações mais imediatas, informa também da questão dos cepos, que irão tentar não danificar as calçadas, mas insta que têm que ser retirados e posteriormente se procederá à reposição da calçada.

- **FITUR** - O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha**, começa por manifestar o agrado, pela satisfação demonstrada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão, pela presença da Associação da Rota dos Vinhos e do Município de Palmela, naquela que considera ser uma das maiores feiras de turismo mundiais. Refere que não é a primeira vez que tal acontece, é pelo menos a quarta vez que a convite do Instituto do Turismo de Portugal, o Município de Palmela está presente neste certame.

Aproveita para responder, às palavras proferidas pelo Sr. Vereador Raul Cristovão, que sugeria que os técnicos da Autarquia de Palmela que se deslocam a Madrid em turismo "*levar umas garrafas de vinho, dar a conhecer meia dúzia de moscatéis e com isso ficava circunscrita a presença do Município de Palmela nesta ação*". Sublinha que a presença do Município de Palmela nesta ação é planeada e articulada com os vários agentes turísticos. Como se sabe, a Associação da Rota de Vinhos tem como associados, restaurantes, hotéis, municípios, adegas e empresas de animação turística.

Informa que além dos materiais promocionais destes agentes e dos agentes turísticos do concelho de Palmela, estarão os materiais de promoção e divulgação do Município de Palmela no Pavilhão de Portugal. Mais do que as provas dos vinhos, das mostras de doçaria, esta presença é encarada com o objetivo de obter resultados e esses resultados só podem acontecer se houver contatos com os profissionais de turismo que estarão presentes. Refere que estão previstos um conjunto de reuniões com operadores turísticos, com empresas de animação turística que irão estar no Pavilhão de Portugal, para dar a conhecer o território de Palmela, para dar a conhecer o que é a oferta turística e a possibilidade de investimento no Concelho de Palmela. Não é uma "*presença feito do acaso*", reafirma que se trata de uma presença devidamente estruturada e planeada. Acrescenta ainda, que o Município de Palmela vai estar presente, através da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, tratando-se assim, de uma dupla presença neste certame, que é a FITUR.

A propósito desta matéria, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** esclarece que depois de ter suscitado esta questão numa outra reunião, por intermédio da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa que integra 18 municípios, entre os quais o Município de Palmela, informa que a Câmara Municipal de Palmela irá estar presente nas principais feiras mundiais, porque não há nenhum município que tem tenha capacidade por si só de estar presente, e exemplifica com a World Travel Market em Londres, a MITT na Rússia, ITB na Alemanha, são certames em que Portugal está representado através das Entidades Regionais de Turismo, e o Município de Palmela, estará também representado, com os seus materiais promocionais, reuniões juntamente com os principais operadores turísticos. Trata-se de um trabalho de sapa que muito tem contribuído para obter resultados positivos, o que têm acontecido ao nível do desenvolvimento, quer no concelho de Palmela, quer na região.

- **Recolha seletiva de resíduos urbanos valorizáveis** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) - A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e todos os que acompanham a reunião, reiterando os votos de um ano feliz de 2018, desejando que cada um, na sua ação consiga contribuir para uma sociedade mais justa, mais igualitária e que com espírito de missão, construam e façam fazer valer os valores da lealdade e solidariedade. Em resposta à questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, sobre os sistemas de recolha de resíduos, sistemas de recolha porta-a-porta e o sistema PAIT, informa que relativamente aos avisos que têm saído sobre a recolha porta-a-porta ou recolha seletiva, os mesmos têm sido direcionados para os sistemas em alta e não para os sistemas em baixa. Relativamente a esses avisos, dá nota que a Câmara Municipal reuniu, com a Amarsul, no sentido de aferir a possibilidade de ver a sua candidatura associada à do sistema em alta, através de uma declaração de compromisso e de mérito para a candidatura, ou seja não é diretamente para os sistemas em baixa. Resume, os avisos são para sistemas em alta, tanto que para os resíduos valorizáveis cuja competência não está na esfera jurídica da Autarquia, são as recicláveis.

Posteriormente poderá ser possível associarem-se, por uma questão de otimização da prestação do serviço público que deve ser íntegro e deve ser visto de forma sistemática, através de uma reunião com a Amarsul, a oportunidade de, em 2016, se efetuarem experiências piloto na recolha porta-a-porta. Informa que, foi declinado esse convite por parte da Amarsul que explicou as razões da sua impossibilidade de aceder, mas que estaria disponível futuramente. No anterior mandato a Câmara Municipal reuniu com a Amarsul sobre esta questão, e refere que mais uma vez se disponibilizaram para a emitir a declaração de conforto e de mérito da candidatura, contudo e todos sabem que foi aprovado por unanimidade o valor das tarifas, e não se pretende onerar os munícipes, com tarifas mais altas ao nível do saneamento, das águas e dos resíduos. Esclarece que isso obrigava ao não cumprimento do Regulamento Tarifário da ERSAR, que exige a cobertura total dos gastos, até porque um dos requisitos para a candidatura, é que a Câmara Municipal possua uma cobertura dos custos totais de 80% com o compromisso, de chegar aos 90%. O que foi aprovado para 2017 e 2018, revela, não tem essa cobertura, *“logo ficamos aquém e à porta, como se costuma dizer, se me permite a expressão”* de nos podermos candidatar. Conclui o esclarecimento que pretendia dar, uma vez que como referiu, independentemente de avisos e de candidaturas, a Câmara Municipal tem estado a trilhar conjuntamente com a Amarsul “o desenho” para as recolhas porta-a-porta.

Sobre este tema, o **Sr. Presidente**, informa que ainda não existe data prevista e quando houver informará com muita antecedência, sobretudo quando o desenho estiver feito, mesmo antes da implementação, até porque para esse efeito será necessário fazer alterações tarifárias.

- **FITUR** - Relativamente à resposta do Sr. Vereador Luís Calha, sobre a presença da Câmara Municipal de Palmela na 38.ª edição da FITUR, o **Sr. Vereador Raul Cristovão**, refere que é

importante esclarecer as posições, considera que Madrid pode ser uma cidade excelente para fazer turismo e que os técnicos da Autarquia de Palmela poderão ter os seus momentos de lazer, quer em Madrid ou em outros sítios. *“Todos sabem que quando se vai para estas ocasiões a única coisa que não se consegue fazer, é turismo, trabalha-se muito, não se consegue ver a cidade, muitas das vezes circula-se do Aeroporto para o local da feira e da feira para o Aeroporto. A verdade é que, não foi isso que referi e muitas das vezes, interessa fazer entender outro sentido, mas foi no sentido do que tinha para ser, para além de e não aqui.”*

Considera que estar presente nestas grandes feiras internacionais, não é potencialmente possível a um Município como o de Palmela. Acredita que estão todos de acordo, que terão de ir integrados em delegações maiores, sejam da Região de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, do Instituto do Turismo de Portugal, seja de qualquer outro tipo de associações que permitam estar presente nos grandes fóruns internacionais.

Requere que o que pretendeu dizer e que o Sr. Vereador Luís Calha muito bem referiu, no qual até exemplificou com Badajoz, e recorda que também falou da Estremadura Espanhola que não é nada que não esteja à dimensão e possibilidade de se poder participar, como por exemplo a BTL. Menciona estes dois exemplos, como sendo exemplos objetivos, nos quais seriam favorecidos, que para além de integrados na Região de Turismo de Lisboa, Vale do Tejo se pudessem integrar uma presença mais forte, mais dinâmica, com outro tipo de investimento. Considera ainda, que esse tipo de feiras, não existem para o grande público, mas para aqueles que podem vender o turismo e quando refere o turismo, até por defeito de formação académica, refere-se ao território. Considera que tudo o que mencionou é território, seja de quando se refere ao turismo, à economia, ao social. O território, se for bem tratado, o território vende-se nas diferentes dimensões e quando fala de turismo, fala em território, quando fala em território fala num conjunto de atividades que se exercem dentro deste espaço que é a área do Concelho de Palmela e dos seus 460 quilómetros quadrados. O que importa é vender nas diferentes dimensões e, na dimensão do turismo também, nas suas diferentes dimensões que o Concelho de Palmela felizmente tem. Considera importante saber divulgar, saber passar a mensagem, investir e isso é que é importante investir, *“nunca vai ouvir da nossa boca PS, dizer que deve ir para a MITT ou para Nova Iorque, ou que deve ir para uma feira qualquer na Alemanha ou noutra país qualquer sozinho, não é isso que está em causa”*. O que está em causa são as dimensões e a forma de como se aparece, está em causa o investimento que é feito e é isso que considera importante ver esclarecido, para trazer mais e melhor turismo para o concelho de Palmela.

Sobre esta matéria, **o Sr. Presidente** esclarece o Sr. Vereador Raul Cristovão, que se for para gastar 50 mil euros para estar numa feira de turismo, se calhar seria mais importante gastar esses 50 mil euros na qualificação de um espaço que pode ter potencial turístico, essa é outra discussão!

Contesta a posição dos Srs. Vereadores que dão sempre a entender que a Câmara Municipal não sabe promover o território, já se ouviu esse tipo de discurso num outro período, mas na realidade é que este trabalho é consistente e tem sido elogiado. Informa que irão reunir com o Sr. Presidente da Entidade Regional de Turismo, reunião agendada dentro de uma semana ou duas, que confirma que a estratégia da Câmara de Palmela tem tido resultados, e isso os Senhores, ao contrário de outros comentaristas ou pseudo blogueres, não vão conseguir desmentir, porque são dados oficiais e esses resultados são muito positivos e a estratégia está no bom caminho e, posteriormente, voltarão a falar, dentro de um ano, quando tiverem novos resultados e novos projetos que também irão conhecer.

Considera que estão em condições para terminar o Período Antes da Ordem do Dia e propõe que se apresentem as propostas da reunião de câmara.

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.**

### **DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO**

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 1 – Empreitada de “Remodelação e Ampliação da Escola Básica de Águas de Moura 1” – Contrato adicional.**

#### **PROPOSTA N.º DAGOT\_DEPOP 01\_02-18:**

«Em reunião de Câmara realizada em 01/03/2017 foram aprovados os trabalhos e a abertura de concurso público para a realização da empreitada de “Remodelação e Ampliação da Escola Básica de Águas de Moura 1”. Em reunião de 07/06/2017 foi aprovada a adjudicação da referida empreitada à firma Marcelino & Rodrigues – Construções, Lda., pelo valor de 566.724,66 € (quinhentos e sessenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Na empreitada estão incluídos os trabalhos relativos à construção de instalações provisórias, que permitem a manutenção das atividades escolares, enquanto se procede à remodelação do edifício que está a ser remodelado. Já no decurso da obra, detetou-se a necessidade de realizar alguns trabalhos a mais (e a menos), os quais são indispensáveis para uma melhoria das instalações provisórias e consequentemente das condições de utilização pelos alunos. Essas

intervenções, devidamente identificadas na informação técnica anexa a qual faz parte integrante da presente proposta, dão origem a trabalhos adicionais.

Desta forma, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do nº 2 do artigo 23º e da alínea f) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de junho, e tendo em consideração os fundamentos constantes na informação técnica n.º 12465/17, em anexo, **propõe-se** que a Câmara Municipal:

1. Aprove os trabalhos a mais e a menos identificados na informação acima referenciada;
2. Aprove os preços atribuídos pelo empreiteiro a espécies de trabalhos não contratuais e de tipologia diferente dos previstos do contrato inicial;
3. Aprove a execução de contrato adicional pela firma Marcelino & Rodrigues - Construções, Lda., no montante global de 5.950,00 € (cinco mil, novecentos e cinquenta euros), que, acrescido do valor 357,00 €, correspondentes ao IVA à taxa legal em vigor, perfaz o valor global de 6.307,00 € (seis mil, trezentos e sete euros). A despesa deve ser cabimentada e comprometida com o código do plano 2.1.1.01.003 e rubrica orçamental 05/07010305, o que igualmente se propõe.»

**Sobre a proposta da Empreitada de "Remodelação e Ampliação da Escola Básica de Águas de Moura 1" – Contrato adicional, intervêm:**

O **Sr. Presidente** refere que é importante descrever um histórico desta situação, foi apresentada uma primeira Proposta, de igual teor, do adicional da empreitada, em agosto, que suscitou dúvidas e alguma discussão, pelo que era imperioso avançar rapidamente, porque era necessário ter esses trabalhos realizados, para alojar os miúdos, uma vez que grande parte dos trabalhos considerados a mais, implicavam precisamente a necessidade de alojar as crianças enquanto a obra decorre. Face às dúvidas, entretanto, surgidas sobre o que são efetivamente trabalhos a mais, que é sempre um assunto que não é isento de controvérsia, há juristas com interpretações muito díspares sobre isto, esclarece que decidiu-se anular a decisão anterior, por uma questão de cautela jurídica, e recorda as questões legitimamente colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro e, por conseguinte, foi solicitado aos serviços a reanálise de todas as espécies de trabalhos, com os apoios jurídicos da Câmara Municipal. Uma vez escrutinado o elenco dos trabalhos, concluiu-se que os trabalhos que podem ser classificados como trabalhos a mais e a menos, são aqueles que estão agora identificados na informação técnica, propondo-se que os mesmos sejam aprovados mediante o contrato adicional.

Informa que os trabalhos identificados como necessários em agosto e agora não incluídos, revestem-se de natureza diferente, uns porque se conseguem fazer com apoio e por administração direta e outros porque foram objeto de um procedimento autónomo que não tem que vir a empreitada, exemplifica "*como comprámos os serviços para transportarem as mesas*

*de aqui para acolá ou montar isto e aquilo, vou dar aqui um exemplo para sabermos do que é que estamos a falar e de quem não esteve na anterior discussão: exemplo de trabalho que tínhamos classificado como a mais e que se mantém, a instalação de um novo contentor e porque é que isto é, de facto, um trabalho a mais e que não era possível prever, na altura da empreitada, nós pensámos aproveitar o contentor que serve de refeitório na atual Escola Básica em obras e que, enfim, já tem uns anitos, até me recordo de numa semana da freguesia, termos lá estado a falar com o ex-presidente sobre a necessidade de pôr um chão novo, no contentor”.*

Refere que a possibilidade de reaproveitamento do contentor não se verificou, na medida em que o mesmo se deteriorou ainda mais no último ano letivo e que, para além de a empresa ter fundamentado e bem e os técnicos da Autarquia de Palmela também consideraram que, ao ser içado para ser retirado, poderia partir-se. Trata-se de um exemplo em que é possível, com fundamento objetivo, ter sido classificado como trabalho a mais e que posteriormente se concluiu que não podia ser. Reafirma que a intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro foi importante para alertar sobre estas matérias, contudo a instalação de quadros nas instalações provisórias, não se enquadra numa situação imprevista, os quadros terão que ser sempre montados por alguém, porque os contentores não vêm com quadros instalados, trata-se de mais um exemplo que dá para que não pareça tão árido no âmbito da discussão.

Considera que a informação técnica esclarece o que são os trabalhos a menos e o que vai ser deduzido na empreitada.

Sobre esta matéria o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** faz referência que o Sr. Presidente, várias vezes falou na reunião de 23 de agosto e recorda que na altura criticou a proposta e votou contra, a mesma foi anulada a 20 de setembro. Refere que podem sempre surgir dúvidas, contudo, considera que a atual Proposta, apesar de tudo, está com o fundamento necessário para ser considerado trabalhos a mais. Passaram os valores de trabalhos a mais, de 15.881 euros, para 5.950 euros, pelo que considera adequado e que votará favoravelmente a proposta.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que, que o que se entende da Proposta e da Informação Técnica anexa, já estava contemplada no caderno de encargos, a instalação de refeitório regime provisório, o qual seria construído através do aproveitamento e colocação de monoblocos existentes.

Coloca a questão, se o empreiteiro iria ter mais trabalho a reaproveitar os monoblocos existentes, do que a colocar novos, se é efetivamente mais simples a solução técnica que se resume à colocação de novos monoblocos e à retirada dos existentes?

Considera que o problema reside num acréscimo de 6 mil euros, 1% do valor de adjudicação pelo que está na proposta, gostaria de perceber se a diferença, se justifica este valor que está a ser apresentado na proposta.

Refere que do que analisaram, a substituição não apresenta uma correlação direta com os trabalhos a menos que foram apresentados. Estão apresentados na Proposta trabalhos a menos, no valor de 2.600 euros, aproximadamente, e que se subdividem em três trabalhos a menos, que não irão ser realizados. O primeiro tem que ver com a desmatção e limpeza de um terreno de 448 metros quadrados, que não conseguem perceber como é que, aquando da elaboração do projeto era necessária a desmatção e limpeza e depois verifica-se que já não é necessária. Questiona se foram os serviços da Câmara Municipal que efetuaram esta limpeza ou foi efetuada através de uma contratação de serviço externo e, porque é que foi retirada?

Questiona, que quando se fala de transporte e montagem de equipamento escolar, se a Divisão de Educação implementa procedimentos específicos para este tipo de serviço, porque é que estão contemplados na empreitada e não foram deixados de fora?

Para concluir, coloca a questão sobre a reinstalação dos monoblocos existentes, ou seja, não consegue perceber quais os valores alocados a cada um dos serviços, porque estão indicados 2.600 euros para um conjunto de três trabalhos, nos quais se inclui a reinstalação dos monoblocos e tratando-se desta instalação de refeitório provisório será que, numa perspetiva de qualidade, período temporal e preço, faz sentido esta proposta ser apresentada pelo empreiteiro?

Às questões apresentadas pela Sra. Vereadora Mara Rebelo, o **Sr. Presidente** refere que a presunção de que poderia ser mais fácil para o empreiteiro, é uma conclusão da Sra. Vereadora, porque não estando escrito em lado nenhum, considera ser uma interpretação da exclusiva responsabilidade da Sra. Vereadora. Refere ainda que "*Não estão aqui para responder a coisas para facilitar empreiteiros, nós estamos aqui a trabalhar com honestidade e com rigor para aquilo que efetivamente é possível fazer-se ou não se fazer*". O que está enunciado na informação técnica e que a Sra. Vereadora omitiu, tem acompanhamento de técnicos, especialistas em estruturas e em fiscalização de obras. Informa que o reaproveitamento monobloco existente e refere que há pouco estava presente um ex-vereador que poderia confirmar, porque esteve na visita, mas o Sr. Vereador Pedro Taleço, também sabe que o monobloco tinha algumas patologias ao nível do soalho. Está indicado na Proposta que estava ligado a outro edifício e tinha uma inclinação, e que no sítio onde ia ser colocado, implicaria, como refere "*reforço estrutural, instalação de uma cobertura inclinada*". Com todos estes fatores, esclarece que iria acabar por ficar mais caro e não estaria executado em tempo útil. "*Iriam ficar com uma coisa que, de facto, não tinha aproveitamento, pelo que não foi para facilitar o empreiteiro*".

Relativamente à proposta, esclarece que estão apresentadas as necessidades objetivas devidamente fundamentadas e, quanto aos trabalhos a menos, mal seria se a Câmara Municipal não cortasse em tudo o que não é feito pelo empreiteiro, não tem que haver correlação direta. Há um aspeto, que gostaria de referir que é; quando se instalaram os contentores no local, a



Junta de freguesia, que é a detentora do espaço, já tinha a limpeza feita, até devido a eventos que ia lá realizar. Mas quando se faz a empreitada, e recorda que data de março, esse trabalho estava como necessário ser feito e a Câmara Municipal não tem que pagar "coisas" que não são feitas.

Relativamente à questão da montagem e desmontagem de equipamento escolar, se é ou não é previsto, esclarece que é previsto, mas é previsto para determinadas épocas do ano, e o que a Divisão de Educação e Intervenção Social faz, é solicitar à Divisão de Conservação e Logística, que procure fazer por administração direta.

Informa que num período, que se inicia em março e termina em outubro, com montagens e desmontagens de dezenas de eventos no concelho e que ultimamente, tem sido necessário contratar serviços para esses eventos, foi decidido que, nesta época, era preferível estar no caderno de encargos, porque existem dificuldades em fazer por administração direta, contudo, esclarece que se for possível fazer o inverso, melhor. Não se vai pagar ao empreiteiro um trabalho que foi feito de outra forma. Há um momento em que é planeado e depois há um momento em que é executado. Se fosse outro tipo de trabalhos, em que se dissesse para não fazerem algo para a obra ficar mais barata, tal não poderia ser. Não poderia ser, porque o empreiteiro teria direito a ser compensado, nem que fosse percentualmente por trabalhos não executados.

Considera necessário fazer esta explicação porque por vezes receciona queixas da Divisão de Educação e Intervenção Social que pede à Divisão de Conservação e Logística sobre o que pode ser ou não pode ser feito. Exemplifica também que o Sr. Vereador Pedro Taleço, por vezes solicita pedidos a outros serviços, mas que deverá falar com o Presidente primeiro, porque não é fácil responder a todas as solicitações. Clarifica à Sra. Vereadora Mara Rebelo que não era possível prever à época a entrada ou saída do trabalho que referiu, na empreitada, por isso conclui-se que se poderia fazer melhor e daí não constar como trabalho adicional.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 2 – Gestão das despesas com pessoal em função do mapa e do orçamento para o ano de 2018.**

**PROPOSTA N.º DAGOT\_DRH 01\_01-18:**

«No âmbito dos municípios, a gestão dos recursos humanos e das despesas com pessoal está condicionada aos recursos financeiros que, para o efeito, sejam disponibilizados no orçamento

aprovado pela Assembleia Municipal, em consonância com o preceituado no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

Assim, no prazo de 15 dias após o início de execução do orçamento municipal, compete ao órgão executivo deliberar relativamente aos montantes máximos de encargos destinados a recrutamento de trabalhadoras/es necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e vagos no mapa de pessoal aprovado, bem como a alterações do posicionamento remuneratório na categoria e atribuição de prémios às/aos trabalhadoras/es que se mantenham em funções, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do referido Decreto-lei n.º 209/2009, articulado com o preceituado no n.º 3 do artigo 31.º da LTFP.

Tendo sido aprovado o Orçamento Municipal para 2018, conjuntamente com o mapa de pessoal, por deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Palmela, em sessão realizada em de 20 de dezembro de 2017, o qual inclui verbas para novos recrutamentos e para alteração de posicionamentos remuneratórios de acordo com o regime obrigatório compete decidir relativamente ao montante máximo dos encargos com o recrutamento de trabalhadoras/es, de acordo com o seguinte:

1. Recrutamento de pessoal previsto para o ano de 2018, a efetivar através do provimento de postos de trabalho vagos no mapa de pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, precedido da respetiva aprovação em sede de concursos públicos, visa suprir a carência de recursos humanos, designadamente nas áreas técnicas e operacionais, recorrendo, designadamente à reserva de recrutamento constituída no âmbito de concursos concluídos.

2. Alterações do posicionamento remuneratório (regime obrigatório - art.º 156º, nº 7 da LTFP) na categoria, que permitirá aumentar a remuneração de um número estimado de duzentos e sessenta trabalhadoras/es, que por efeito do congelamento nas progressões na carreira que vigorou ininterruptamente desde 2011 a 2017, se encontram alguns/mas deles/as há mais de uma década no mesmo nível remuneratório.

A consagração orçamental de dotação destinada à alteração de posicionamento remuneratório no âmbito do descongelamento das progressões nas carreiras, plasmado na LOE/2018 (art.º 18º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, que estabelece para 2018 o limite de pagamento de 50% do valor correspondente do acréscimo remuneratório), assim como para efetivação de mudanças de níveis e realização de concursos de promoção (no âmbito das carreiras não revistas, designadamente áreas da fiscalização e de informática).

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e n.º 3 do artigo 31.º da LTFP, delibere autorizar:

- a) Para recrutamentos necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal de 2018, o montante máximo de € 56.900,00 (cinquenta e seis mil e novecentos euros).
- b) Para alteração de posicionamentos remuneratórios obrigatórios, o montante global de encargos de € 127.400,00 (cento e vinte e sete mil e quatrocentos euros). Esta verba corresponde a 50% do valor total apurado em sede de progressões, devido às/aos trabalhadoras/es no ano de 2018.
- c) Para procedimentos concursais de promoção e mudanças de nível, nas carreiras não revistas (designadamente nas áreas da fiscalização e de informática), o montante de € 70.400,00 (setenta mil e quatrocentos euros).

As verbas indicadas nas diversas alíneas incluem os encargos sociais da autarquia com a Caixa Geral de Aposentações e com a Segurança Social.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL**

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 3 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela – Constituição de fundo de maneiio de 2018.**

#### **PROPOSTA N.º DEIS 01\_01-18:**

«A atual Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo determina que a disponibilização de fundo de maneiio é competência dos municípios.

O fundo de maneiio destina-se *"a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção junto de crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, de acordo com os termos de referência a definir pela Comissão Nacional"*.

Neste sentido, **propõe-se** ao abrigo da alínea a) do nº 3, do artº 14º, da Lei nº 142/2015, de 9 de setembro, a constituição de um fundo de maneiio, referente ao ano de 2018, no valor de € 153,15 (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos) mensais, em nome de Vera Lúcia Mendes Celestino, representante da Segurança Social e presidente da CPCJ de Palmela.»

Total a cabimentar:

- 05/020120 – € 237,80
- 05/020121 – € 600,00
- 05/020210 – € 300,00

- 05/020225 – € 700,00.»

**Sobre a proposta de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela – Constituição de fundo de maneiio de 2018 intervém:**

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** considera que a leitura do presente documento e a forma como se encontra redigido, suscita algumas dúvidas na interpretação, refere que a questão foi colocada no ano passado, e que quem lê a proposta, poderá pensar que a disponibilização deste fundo de maneiio vem de verbas do Município de Palmela, o que não parece ser a realidade, de facto, na alínea a) do n.º 3 do art.º 14º, da Lei nº 142/2015, de 9 de setembro, refere a obrigatoriedade de constituição deste fundo de maneiio, mas também refere a celebração de protocolos de cooperação para fazer face a estes encargos e a prova disso é o protocolo existente e que está assinado entre a Comissão Nacional e a Associação de Municípios Portugueses, o qual define as verbas que a Comissão Nacional transfere para cada município em função da conjugação, quer da população residente com idade inferior a 18 anos, como dos processos de promoção e proteção ativos.

Foi a leitura que fez, e gostaria de ver esclarecido se efetivamente é assim que se processa e se assim for, entende que a forma como a proposta está apresentada, poderá não ser a mais correta.

O **Sr. Presidente** solicita ao Sr. Vereador Adilo Costa para clarificar a interpretação neste caso, para não deixar de mencionar se necessário e colocar na Proposta, o que é que o Município de Palmela suporta das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, para que se perceba que numa verba de cerca de 900 euros, por ano, este Protocolo é manifestamente insuficiente e se as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens funcionam neste país, não é devido ao investimento que é feito pelo Governo ou pela Administração Central. Considera que a existência deste Protocolo é positiva, porque, havia municípios que não estavam a ser contemplados, mas é manifestamente insuficiente. Reconhece que se trata de uma discussão política de fundo, porque é uma estrutura que está descapitalizada em termos de recursos humanos, onde sistematicamente faltam representantes da Educação, faltam representantes da saúde,... Considera importante dar conhecimento, porque o Município de Palmela não está a fazer favor nenhum, está a cumprir a Lei e a transferir de acordo com o que está na legislação. No seguimento do exposto, solicita ao Sr. Vereador Adilo Costa que esclareça quanto custa, ao Município de Palmela, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que ocupa instalações municipais, tem técnicos municipais, limpeza e viaturas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** começa por referir que este valor de fundo maneiio, que é importante para a gestão diária da CPCJ, gera um conjunto de discussões por causa de como é que numa fiscalização, a Câmara Municipal está a dar a terceiros, porque se fosse ao representante do Município, quando estava como Presidente, mas, mesmo assim, sob a égide, da CPCJ e ao dar a terceiros esta possibilidade um fundo maneiio. Considera que em boa-fé,

esta é a melhor forma, é competência da Câmara Municipal receber este fundo de maneio e distribuir mensalmente, com apuramento de contas, como acontece com a Presidente da CPCJ à Câmara Municipal. Esclarece que é por esta razão o texto estar assim, não há dúvida nenhuma que há tabela e que para o ano se for possível tentar melhorar um pouco mais o texto, fá-lo-ão, contudo refere que é "*uma gota de água*", porque a Câmara Municipal cede as instalações, apoio logístico e comunicações, transporte, apoio administrativo, e recorda que legalmente devia dar apenas por 20 dias e dá a tempo inteiro, a Ana Vasconcelos sempre presente, um técnico superior, a Dra. Alexandra Silva, também a tempo inteiro, dá as obras que estão no plano da DCL (Divisão de Conservação e Logística) que irão melhorar as condições da CPCJ. Existe uma intervenção por parte da Autarquia de Palmela, que não está a avaliar financeiramente, mas que se calhar deveriam fazê-lo, para verem quanto custa ao Município de Palmela.

O **Sr. Presidente** refere que, a questão coloca-se porque dá a sensação, através da interpretação da Sra. Vereadora Mara Rebelo que, o Município de Palmela se está a apropriar.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que não foi isso que disse e que "*não gosta que lhe coloquem palavras na boca*".

O **Sr. Presidente** informa que irá passar a palavra à Sra. Vereadora para que possa dizer "*da sua justiça*", e refere que havia dito que a proposta estava mal redigida, é a opinião da Sra. Vereadora. Reafirma, a proposta é uma proposta técnica, isenta de valorações políticas, portanto, o Município de Palmela recebe, depois há um rácio, um critério e transfere-se o dinheiro, dinheiro que não é do Município de Palmela e que entrou no Município e é competência do Município distribuí-lo desta forma. Refere, ainda, que se pretendia fazer passar a ideia de que o Município se estava a apropriar de uma "coisa", informa que não se trata de um subsídio, não entra na listagem de subsídios que vai ser publicada no Boletim Municipal e que é publicada nos lugares de édito.

Considera que a proposta está correta, até porque já foi discutido em outros momentos e até com uma visão correta e crítica do Partido Socialista sobre esta matéria, que é preciso um maior investimento nestas Comissões. Gostava que a Administração Central assumisse as suas responsabilidades e os acompanhassem. Exemplifica com o caso dos Julgados de Paz, as pessoas falam muito de despesas do Município de Palmela, despesas de funcionamento, não são muitos os concelhos que têm Julgados de Paz, comunica que recebeu o relatório recentemente até a nível nacional, os Julgados de Paz estão a tirar muitos pequenos casos dos tribunais e que está a valer a pena. Questiona se fazem ideia de quanto custa o Julgado de Paz ao Município de Palmela? E quando foi para tirar o mérito daquele trabalho, isso já não é do Município, é do Julgado de Paz.

O Município de Palmela entende que vale a pena este esforço, para que haja resultados. Fala-se tanto em descentralização, em compensação financeira por novas atribuições e competências e

há ainda tanto por financiar nos Municípios, porque o dinheiro também tem de ser investido noutras ações e matérias, intervenções, essas, da sua competência, e falta dinheiro para fazer outras “coisas”.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** esclarece que, em primeiro lugar, não utilizou a palavra de “usurpação de subsídios” e em segundo lugar, nunca referiu que a proposta estava mal redigida. O Sr. Presidente e o Sr. Vereador, com a justificação que deram, acabaram por ir ao encontro do que havia afirmado, quando disse que a proposta poderia suscitar dúvidas, porque efetivamente a Câmara Municipal, as entidades, as instituições, têm muitos encargos com a Comissão, todos sabem disso, mas a forma tão breve como está exposta, não dá a conhecer, realmente o que é que se passa na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Refere que o Sr. Presidente teve necessidade de se justificar com esses propósitos todos, quando fez a sua intervenção, e questiona, porque não colocá-los na proposta e dizer que esse valor é apenas uma pequena fatia daquilo que é transferido para a Autarquia de Palmela e que tudo resto é transferido para a Autarquia, para suportar despesas da Comissão, neste caso, a Comissão de Palmela, porque não? Esclarece que foi esta a questão colocada e que não colocou outra senão esta.

O **Sr. Presidente** refere que irá responder às observações da Sra. Vereadora Mara Rebelo e esclarecer o Sr. Vereador Pedro Taleço que tem estado a comentar em *off*. É uma proposta e tem presentes juristas que podem ajudar, trata-se de uma proposta puramente instrumental. As propostas que o senhor está a fazer alusão têm outra fundamentação. A proposta tem de ser feita assim, e esclarece que chega a altura de distribuir o dinheiro e faz-se assim. Refere que sem grandes considerandos e alude aos considerandos que foram suscitados, porque a Sra. Vereadora Mara Rebelo considera que a proposta está mal redigida “*não sei se diz que não disse isso, mas isso agora a gente depois vê as gravações, não tem problema, nem é isso que interessa*”.

Espera que estejam de acordo que é necessário fazer pressão junto do Ministério da tutela para que haja um envolvimento. Refere que foi preciso surgirem escândalos nacionais sobre as Comissões de Proteção para se começar a dar um “*bocadinho*” mais atenção às necessidades, que estas Comissões têm de recursos humanos, psicólogos, gente da área da educação, que estão sempre ausentes, porque também queriam que os professores fizessem isto de borla, IPSS’s a utilizar os seus próprios recursos, os seus próprios funcionários.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que tenciona ser breve e reforçar que o texto deu uma discussão jurídica incrível e que, nenhum Município avançava com fundo de maneiio, porque havia confrontação com o POCAL, não se recorda ao certo, mas haviam problemas por esclarecer sobre a questão da competência do Município. Considera, no entanto, que mais importante é falar da comissão restrita, porque na representação da comissão restrita, é necessário reforçar a presença e o apoio, sobretudo, sem mencionar a Câmara Municipal, mas

as IPSS que estão representadas, porque o tempo disponível dá praticamente para irem às reuniões e pouco mais. Não se compagina com os problemas que existem em relação aos jovens em risco no território de Palmela, não se compagina essa situação. Querem uma outra visão governamental, e uma outra visão da Comissão Nacional em relação a isso, nomeadamente nos apoios, aligeirar, porque ninguém pode ser suplente, é difícil arranjar alguém licenciado em Direito para poder dar um apoio e poder decidir, ajudar a decidir na questão dos processos, porque os processos estão afetos aquele técnico e não podem sair dali, naturalmente, tem que haver algo mais ligeiro, respeitando o sigilo, como é devido, mas que se facilite a vida a quem entra para a Comissão, nomeadamente na Restrita. É uma grande responsabilidade e as IPSS com os meios que têm, queixam-se e bem, que é insuficiente.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que estão todos de acordo, no entanto, às vezes parece que há uma desarmonia verbal, mas considera que o que o preocupa e reafirma que não vai discutir a questão técnica da Proposta, se podia levar um preâmbulo onde estavam expostas o que a Sra. Vereadora Mara Rebelo acabou de dizer, até porque o que foi feito, foi feito sempre com o intuito de explicar às pessoas, com clareza, que existe um grande investimento autárquico, da Autarquia de Palmela para que estas Comissões, bem ou mal possam funcionar.

Considera que têm de priorizar as CPCJ, como algo de extrema importância, no encontro de soluções para os jovens em risco. Os jovens em risco cada vez, não em maior número, mas cada vez os riscos são diferentes e mais complexos. Como o Sr. Vereador sabe e já houve oportunidade de estarem neste órgão em conjunto, compreende que é muito difícil arranjar técnicos nas Instituições que queiram estar nas CPCJ, quer das IPSS, das escolas, na saúde, porque o fazem como voluntários.

Recorda que a comissão restrita teve uma professora como técnica, tinham tirado metade de um horário, que seria de 16 horas e ela passava lá 24 horas e, só a boa vontade, o interesse e motivação da pessoa e refere que nunca mais se conseguiu, no quadro docente, arranjar uma pessoa com perfil para ir para a CPCJ, atendendo às condições que existem.

Considera que não pode ser qualquer pessoa, não se pode ocupar lugares por lugares, têm de se encontrar, para ocupar aqueles lugares, técnicos que sejam especialistas nas suas áreas e que estejam disponíveis para ajudar a que os problemas sejam efetivamente bem resolvidos, porque todos já passaram situações que marcaram. Refere que é necessário exigir a quem de direito e arrisca ser politicamente incorreto, mas considera que as CPCJ's têm que vir para os Municípios com mais verbas e com mais financiamento do Estado Central. Trata-se de um problema real, muito grave, seja em que território for, não é só no território de Palmela. Defende isto há muito tempo e defende que tem que haver uma corresponsabilização maior e que as autarquias com a proximidade e pela proximidade podem ajudar cada vez mais, não esquecendo que também considera e que fique bem realçado que tem que haver mais dinheiro

transferido para que as autarquias, possam efetivamente assumir esta responsabilidade, e que ganhariam todos com essa responsabilidade.

O **Sr. Presidente** refere que caber-lhe-ia fechar a discussão, mas relativamente ao que o Sr. Vereador Raul Cristovão referiu, considera que o futuro não passa pela municipalização das CPCJ's, nessa questão não estão de acordo, aliás, refere que é importante que as pessoas saibam que pertence à tutela da justiça, considera que um Governo que trata desta forma as CPCJ's e que "*precisa das autarquias para lhe passar uns tostões para as CPCJ's*", confere-lhe um estatuto de menoridade. Adianta que se estivesse no Governo, as CPCJ's, sem prejuízo de protocolos com as autarquias, eram assumidas a sério e não como, "*uma coisa que está para ali incómoda e alguém que se desenrasque*". Estas situações estão relacionadas com a falta de investimentos dos técnicos de outras áreas, de saúde, do ensino entre outras. Na questão da subsidiariedade não concorda, até porque não poderia haver CPCJ's a "*várias velocidades*". Para já, o que importa é que o acompanhamento e o trabalho feito por estas Comissões possam reintegrar e evitar os números, os maus tratos e os dados que infelizmente, vão tomando conhecimento.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Municípes quer intervir

#### **Sr. Mário Dolores (1)**

O **Sr. Mário Dolores** cumprimenta os presentes e refere que o assunto que o traz a pronunciar-se é que, no passado dia 20, na reunião de câmara expôs a sua situação e o desagrado perante o facto de estar a consumir água, que coincide com o 1.º e 2.º escalão e estar a pagar de acordo com o 3.º e 4.º escalão. Refere que também nesse dia 20, mas à noite, a Dra. Teresa Palaio, gentilmente se dirigiu à sua pessoa, antes da Assembleia Municipal para agendar uma reunião. Chegou-se a acordo que não valeria a pena, porque esta questão iria ser resolvida e como tal deu a possibilidade, em conversa e em acordo entre ambos que, numa próxima fatura se iria verificar de como a situação se passava. Sucede que, este mês a carta da água e como a Dra. Teresa Palaio se havia dirigido à sua pessoa, tentou contactar os serviços da Câmara Municipal, telefonou 12 vezes e nunca foi atendido. Tentou várias vezes, para vários números de telefone, fixo ou móvel, e o que aconteceu é que o serviço não está mau, está péssimo no seu entender. "*Dizem que à dúzia é mais barato, até pensou que neste*



*caso não fosse mais barato, mas que talvez à 10.ª ou 12.ª fosse atendido, mas não foi*". Tal como referiu na última reunião.

O **Sr. Presidente** interrompe para questionar o Município, qual o número que ligou? Se foi o número que consta na fatura?

O **Sr. Mário Dolores** refere que ligou para o número geral da Câmara Municipal de Palmela e não para o número que estava na fatura, considerou que ao ligar para o número geral, também estaria correto.

Retoma o discurso e refere que quando recebeu a carta, reparou que o consumo médio mensal, pois normalmente encontra-se nos 13, 14 m<sup>3</sup> e neste caso, consta 14,76 m<sup>3</sup> e mais uma vez a estimativa está de 6m<sup>3</sup>, noutras vezes de 7 m<sup>3</sup> e acontece que ao consumir 14 m<sup>3</sup> e só estando a cobrar 6 ou 7m<sup>3</sup> por estimativa, e até porque na fatura refere um consumo médio de 14 m<sup>3</sup>. Quando daqui a uns 4 ou 5 meses, fizerem uma leitura, lá constará novamente 60, 70 ou 80 m<sup>3</sup> de água para pagar.

Pergunta, se está escrito na fatura 1 4m<sup>3</sup>, mais metro, menos metro, não é por isso, porque é que fazem estimativas (por baixo) de 6 e 7 m<sup>3</sup> e depois vai ter que pagar o consumo de água equivalente ao 3.º escalão ou 4.º escalão? *"Não abane a cabeça, Sr. Presidente porque é a verdade, fui eu que paguei"*

Continua: Depois dizem que vão diluir mensalmente na média, mas não, porque se consome água equivalente ao 1.º e 2.º escalão e paga consoante o 3.º e 4º escalão, é uma questão de consultar as faturas.

Refere que quando ouve o Sr. Presidente anunciar, muito categoricamente que neste concelho é onde se paga menos, por metro cúbico de água, vê-se obrigado a dizer que isso é uma grande inverdade no seu ponto de vista, porque, como estamos aqui a ver e *"estar a olhar para o senhor presidente, até parece que fico um bocado enervado"*.

O **Sr. Presidente** interrompe, para solicitar ao Sr. Mário Dolores, para se abster desse tipo de comentários, porque não os faz em relação ao senhor. Solicita ainda para que exponha a sua questão objetivamente. Faça favor de continuar.

O **Sr. Mário Dolores** retoma a questão e reafirma que considera ser uma grande inverdade, quando o Sr. Presidente diz que neste Concelho estamos a pagar menos por metro cubico de água e neste caso estamos a pagar a água mais cara do mundo.

O **Sr. Presidente** interrompe novamente e refere que o senhor Mário Dolores tem um estilo próprio de atuação, tem a sua forma de estar, mas recorda que está presente num órgão institucional e solicita que coloque a questão. Refere ainda que o período destinado ao público é para colocar questões, e que só fez considerandos, também tem direito a fazer alguns, mas insiste para que coloque a questão.

O **Sr. Mário Dolores**, dirige-se ao Sr. Presidente e *“pede para que olhe para si só um segundinho, só para ver a atitude do seu colega Vereador, Luís Calha, está aqui a gozar comigo. Então o Senhor não olha, não vê? Só vê os meus considerandos? Disse Senhor Presidente, é uma vergonha”*.

### **Sra. Helena Santos (2)**

A Sra. Helena Santos apresenta cumprimentos aos presentes e refere que está presente mais uma vez, e queria saber como está a evolução do caso das águas residuais que se destinam a ir para Setúbal, que em reunião foi falado. Queria realmente saber como é que está essa evolução, para depois poder fazer mais algumas perguntas, se for o caso.

### **Face às questões apresentadas pelos Srs. Municipais, são prestados os seguintes esclarecimentos:**

\_ Em resposta ao Sr. Mário Dolores (1.), o **Sr. Presidente** garante que haverá o acerto de contas nos termos regulamentares e que o Município de Palmela cumpre a lei, aliás, não poderia ser de outra maneira, porque o Município de Palmela é escrutinado pela Entidade Reguladora, e em caso de dúvidas, poderá (o Sr. Mário Dolores) queixar-se à Entidade Reguladora, a Câmara Municipal de Palmela terá um prazo para responder à Entidade Reguladora. De qualquer forma, garante que estão perfeitamente disponíveis para agendar a reunião com a responsável pela Secção de Gestão de Consumos para esclarecer a questão da fatura e proceder, como sempre fizeram com vários municípios. Recorda que, no passado já houve outras pessoas que colocaram a questão e não voltaram a colocar, porque foram esclarecidas e comprovaram que efetivamente, o estorno foi feito.

Sugere que deixe o contacto telefónico com a Diretora, Dra. Teresa Palaio e, essa reunião será agendada até final desta semana.

*“Permita-me fazer-lhe uma pergunta e entrar em discurso direto já, o senhor tem por hábito, comunicar a leitura pelo número que está disponível na fatura? Já alguma vez, experimentou a fazê-lo?”*

O **Sr. Mário Dolores** dirige-se ao Sr. Presidente e refere que *“se calhar não se explicou bem, e o senhor presidente também não me deixou...” (não está perceptível na gravação nem na transcrição)*.

O **Sr. Presidente** refere que entendeu a questão, que ficou esclarecido e questiona se o Sr. Mário Dolores prescinde da reunião, precisa de saber se prescinde dessa reunião técnica ou não, porque essas são as pessoas que lhe podem explicar como é que a faturação é feita.

*"O Sr. Mário Dolores volta a falar em estimativas e o Senhor Presidente esclarece que não faz estimativas, questão que o Senhor Mário Dolores insiste, porque é que aparece um consumo e passados 3, 4, 5 e ou 6 meses a menos e depois aparece a 60 ou 70 m<sup>3</sup>? (não perceptível na gravação, nem consta na transcrição)"*

O Sr. Presidente refere que a estimativa foi feita com base na média dos últimos consumos, se entretanto nos meses de verão consumiu mais, é evidente, que há diferenças e é assim que funciona. Informa ainda que não possui "a fórmula matemática para lhe explicar, mas aquilo que é utilizado nesta Câmara Municipal, é utilizado, julga que em 300 sistemas de água em baixa que existem no país e, portanto, o software é igual. A empresa de faturação tem quase o mercado todo. Recorda que se o senhor quiser ser esclarecido tecnicamente sobre a metodologia, nós agendamos, tal como disse, se o Sr. prescindir disso, coloca a questão por escrito, porque isso requer uma explicação técnica da sua fatura".

O Sr. Presidente coloca novamente a questão sobre a comunicação da leitura, porque por vezes quando estranham alguns desvios, o ideal é comunicar a leitura. Refere ao Sr. Mário que o mesmo em tempos respondeu que não é criado ou empregado da Câmara para o fazer. Considera que é uma opção do cidadão, mas o cidadão que quer defender os seus direitos e interesses, poderá comunicar a leitura, porque ajuda a corrigir mais rapidamente a faturação. Refere que se prescinde de comunicar a leitura, informa que como Presidente, não faz análises a faturas e garante que se o senhor for consultar o site da DECO e os rankings da ERSAR, para o perfil do consumidor tipo (família com 2 ou 3 pessoas), o consumo médio 120 o ano, 200 metros cúbicos ano e note a classificação do tarifário do Município e verificará se o Município de Palmela é ou não é um dos três Municípios mais baratos da área Metropolitana, dependente com saneamento e resíduos, são dos mais baratos. Em outros escalões de consumo, o Município do Seixal está à frente, na água quem está, de facto, ao nível do Município de Palmela, a competir é o Município do Montijo, mas depois no saneamento e nos resíduos já ultrapassa e, portanto, aquilo que constata, porque não faz aqui afirmações levianas, para fazer política, são factos, o senhor diz que, é inverdade, então consulte as Entidades que fiscalizam, elas é que fazem essa análise. Considera que respondeu à questão da inverdade, que se trata de uma opinião do Senhor e que relativamente à competitividade do tarifário do Município de Palmela, já o informou de como é que pode ficar esclarecido em relação à sua fatura, portanto, se entende que não querer ser atendido por quem pode explicar tudo "tintim por tintim", e informa que o Senhor pode levar à reunião, a leitura do Contador, o senhor leva a leitura que acreditam, porque "se as pessoas telefonam gratuitamente para dar a leitura, o senhor nesse atendimento diz à data de hoje tenho este consumo. Nós introduzimos logo isso no sistema e é tudo regularizado, que quer que faça melhor do que isto!"

Penso que não se consegue esclarecer melhor.

O **Sr. Mário Dolores** volta a falar (não é perceptível na gravação).

O **Sr. Presidente** volta a responder ao Senhor Mário Dolores, e refere que *“isso já é futurologia, isso é o senhor a dizer que vai ser assim, não é. Portanto, fará como entender e não lhe consigo responder de outra maneira neste momento. Senhor Mário Dolores, a solução é dirigir-se aos nossos serviços, marcaremos o atendimento já e o senhor lá é esclarecido”*.

Acrescenta: *“Sra. Diretora, vamos mandar fazer a leitura a casa do Senhor amanhã está bem? Obrigado”*.

\_ Em resposta à Sra. Helena Santos (2.), o **Sr. Presidente** começa por agradecer a sua presença e por ter retomado a sua presença nas reuniões de câmara. Informa que estarão presentes no dia 15, segunda-feira, com a apresentação dos resultados do “Eu Participo” onde foram votadas as propostas que os/as cidadãos/as consideraram que eram prioritárias para cada freguesia, sem prejuízo, está a dizer isto para fazer um convite se quiser aparecer.

Informa que foi lançado no dia 6 de janeiro, depois do novo Orçamento, o procedimento 7441 que está em apresentação de propostas até dia 21 de janeiro, para a elaboração do projeto para a obra. Refere que, se não forem apresentadas reclamações de erros e omissões ao caderno de encargos do projeto, procurarão no final do mês adjudicar o projeto.

Informa, também, que o projeto foi lançado pelo valor base de 36.900 euros, só para fazer o projeto, naturalmente, não é um projeto só para essa rua pois como se sabe nenhuma rua funciona autonomamente das restantes e, como tal o projeto contempla o estudo, nos termos em que já uma vez, tentou esclarecer, apesar de não ser técnico, tentou prestar a informação o mais correta possível. O Projeto inclui as ligações da parte de Portal Branco, Quinta das Asseadas, Estrada da Baixa, Quinta da Glória, Miraventos, Quinta Tomé Dias, Rua Salgueiro Maia, Rua de Setúbal, extensão até à zona do Portal Branco, zona da Avenida Padre Nabeto. É um Projeto global que depois há-de definir a localização das Estações Elevatórias, que é possível que vá ter que levar uma na mesma e a restante é gravítica.

Relativamente à ligação a Setúbal dá conhecimento que receberam da Câmara Municipal de Setúbal, o acordo, em reunião na semana passada com o Vereador do Pelouro, Sr. Carlos Rabaçal, reunião ligada também às questões da água, não de saneamento, mas de outra matéria e, informou que oportunamente também, irão saber quando poderá estar calendarizado o investimento do Município de Setúbal, porque o investimento é da Câmara Municipal de Setúbal, mas é executado pelas Águas do Sado, uma vez que estão nesse regime de concessão.

Conclui, para informar que a Câmara Municipal está a cumprir com o que se comprometem, o concurso está *“na rua”*, depois de o projeto ser aprovado, saberão os valores da obra, para colocar em orçamento o investimento na rede em baixa, para a ligação ao emissário que Setúbal há-de prolongar até à zona de Miraventos.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca das dezassete horas e cinquenta e oito minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

*Álvaro Manuel Balseiro Amaro*

O Diretor do Departamento

*Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*